



ACADEMIA MILITAR

**Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de
Infantaria**

Tridimensionalidade do Campo de Batalha

Autor: Aspirante de Infantaria Yuri Lourenço

Orientador: Major de Infantaria Rui Moura

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, junho de 2016



ACADEMIA MILITAR

**Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de
Infantaria**

Tridimensionalidade do Campo de Batalha

Autor: Aspirante de Infantaria Yuri Lourenço

Orientador: Major de Infantaria Rui Moura

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, junho de 2016

AGRADECIMENTOS

Desejo prestar o meu tributo, transmitindo os mais sinceros e profundos agradecimentos a todos aqueles que, durante este caminho, me apoiaram e ajudaram, contribuindo para que este trabalho se tornasse realidade. Dedico um especial agradecimento:

Ao Capitão Hugo Brigas por toda a disponibilidade e apoio prestado. Os seus conhecimentos técnicos foram valiosos na compreensão e orientação da temática das Operações de Combate em Ambiente Urbano.

Ao Tenente-Coronel Pinto da Silva, por se mostrar disponível e prestável em todas as situações solicitadas, contribuindo grandemente para a compreensão do método científico.

Ao meu orientador, Major Rui Moura, pela forma dedicada na condução e elaboração do presente trabalho.

Ao Tenente-Coronel Oliveira pela forma como me encorajou e por todo o apoio que me facultou, mesmo nos momentos mais difíceis.

E por último à minha família e namorada, pela paciência, compreensão, apoio constante e incentivo, fazendo-me acreditar que seria capaz.

RESUMO

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada versa o emprego do Exército Português nas Operações de Combate em Ambiente Urbano, no âmbito das missões internacionais da *North Atlantic Treaty Organization*.

Com a realização do presente trabalho pretende-se verificar e analisar a doutrina, organização, treino e meios do Exército Português para a condução de Operações de Combate em Ambiente Urbano em contexto das missões internacionais no âmbito da *North Atlantic Treaty Organization*.

As características e tendências do atual ambiente operacional apontam para uma tipologia de Operações militares marcadas essencialmente por aspetos inerentes à complexidade do ambiente urbano. Apesar das suas particularidades, estas operações inserem-se em todo o espetro do conflito, inclusive em Operações de Apoio à Paz onde a ameaça pode provocar o escalar de violência.

Desta forma o Exército Português terá que possuir capacidades militares que se adequem às possibilidades de atuação das forças em Teatros de Operações onde o ambiente é essencialmente urbano, possibilitando assim cumprir com a sua missão, assegurando os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar.

Assim, esta investigação iniciar-se-á com um enquadramento teórico, fundamentado numa pesquisa bibliográfica, seguida de uma componente prática, correspondente à análise documental e entrevistas que permitam obter respostas para a questão central em apreço. Estas duas componentes culminam com a conclusão do trabalho resultante do processo de investigação verificando que, apesar de algumas lacunas e limitações, as forças militares dispõem de inquestionáveis competências para conduzirem operações que envolvam combate em ambiente urbano no quadro das missões internacionais da *North Atlantic Treaty Organization*.

Palavras-Chave: Doutrina; Exército Português; Teatros de Operações; Operações de Combate em Ambiente Urbano; Ambiente Operacional.

ABSTRACT

This Applied Investigation Final Scientific Report concerns employment of the Portuguese Army on combat operations in urban environment, in the context of international missions under the scope of North Atlantic Treaty Organization. This report aims to verify and analyze the Portuguese Army Doctrine, Organization, Training and Means to lead Combat Operations in Urban Environment, in the context of international missions within the framework of North Atlantic Treaty Organization.

The characteristics and tendencies of the current operational environment indicate a trend towards military operations being marked essentially by aspects related to the complexity of the urban environment. Despite certain peculiarities, these operations are conducted across the full spectrum of conflict, including Peace Support Operations where the threat may result in an escalation of violent incidents.

This being stated, the Portuguese Army is required to be prepared with military capabilities that fit the participation of the forces in Theatre of Operations where the environment is mainly urbanized, thus allowing the fulfillment of the mission and assuring the Portuguese Nation international military commitments.

This report will firstly comprise a theoretical framework based on bibliographic research, and, subsequently, a practical application through document analysis and interviews providing insight on the central question. Both components lead to the conclusion of this investigation report, demonstrating that, in spite of the existence of limitations, the military forces dispose of unquestionable competences to conduct combat operations in urban environment within North Atlantic Treaty Organization's international missions agenda.

Keywords: Doctrine; Portuguese Army; Theatre of Operations; Combat Operations in Urban Environment; Operational Environments.

INDÍCE GERAL

RESUMO.....	ii
ABSTRACT	iii
INDÍCE GERAL	iv
ÍNDICE DE FIGURAS	vii
ÍNDICE DE QUADROS	viii
LISTA DE APÊNDICES	ix
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	x
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - MÉTODO DA INVESTIGAÇÃO.....	5
1.1. Natureza da investigação	6
1.2. Objetivos da investigação	6
1.3. Bases lógicas da investigação	6
1.4. Métodos de procedimento	7
CAPÍTULO 2 - MÉTODOS E MATERIAIS.....	8
2.1. Procedimentos técnicos de recolha de dados.....	8
2.1.1. Pesquisa Bibliográfica e Documental.....	8
2.1.2. Entrevista	9
2.2. Caracterização da Amostra	10
CAPÍTULO 3 - OPERAÇÕES EM AMBIENTE URBANO	11
CAPÍTULO 4 - DOUTRINA.....	16
4.1. Fontes Doutrinárias	16
4.2. Conceito Operacional	18
4.3. Conceito de Emprego	22
4.3.1. Considerações de ordem tática e implicações nas operações militares	22
4.4. Conduta nas Operações	25

4.4.1. Operações Ofensivas	25
4.4.2. Operações Defensivas.....	26
4.4.3. Operações de Estabilização	28
4.4.3.1. Estabelecer um ambiente seguro e estável	28
4.4.3.2. Apoiar a reforma do setor de segurança	30
4.4.3.3. Apoiar o restabelecimento de serviços essenciais	30
4.4.3.4. Apoiar a governação e o desenvolvimento	31
4.4.4. Operações de Transição	31
CAPÍTULO 5 - ORGANIZAÇÃO.....	32
CAPÍTULO 6 - TREINO	34
6.1. Necessidades de treino.....	35
6.2. Planeamento	36
6.3. Execução.....	36
6.4. Avaliação	37
6.5. Formação Individual.....	38
6.6. Simuladores	38
6.7. Infraestruturas.....	38
CAPÍTULO 7 - MEIOS	40
7.1. Armamento	40
7.2. Equipamento específico.....	42
CAPÍTULO 8 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	44
7.1. Doutrina.....	44
7.2. Organização	47
7.3. Treino.....	47
7.3.1. Treino Orientado para a Missão QRF/ISAF/1ºSem06	47
7.3.2. Treino Orientado para a Missão KTM/KFOR/1ºSem14	48
7.3.3. Entrevistas	49
7.3.4. Limitações	50

7.4. Meios	51
7.4.1. QRF/ISAF/1ºSem06	51
7.4.2. KTM/KFOR/1ºSem14	52
7.4.3. Entrevistas	52
CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS	57
APÊNDICES	I

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura nº 1 -	Enquadramento das Operações de CAU no espectro de operações NATO.....	21
Figura nº 2 -	Condicionamentos táticos e influências nas Operações militares.	24
Figura nº 3 -	Esquema geral da investigação.....	I
Figura nº 4 -	Nível de desafio entre ambiente urbano versus outros ambientes.....	VI

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro nº 1 -	Amostra das entrevistas	10
Quadro nº 2 -	Resumo das respostas à pergunta nº2.	VII
Quadro nº 3 -	Resumo das respostas à pergunta nº3.	VIII
Quadro nº 4 -	Resumo das respostas à pergunta nº4 e 5.	X
Quadro nº 5 -	Resumo das respostas à pergunta nº6.	XII
Quadro nº 6 -	Resumo das respostas à pergunta nº7.	XIII
Quadro nº 7 -	Resumo das respostas à pergunta nº8.	XIII
Quadro nº 8 -	Resumo das respostas à pergunta nº9.	XIV
Quadro nº 9 -	Tarefas planeadas nas QRF / ISAF / 1ºSEM06.	XVIII
Quadro nº 10 -	Tarefas planeadas nas KTM / KFOR / 1ºSEM14	XVIII
Quadro nº 11 -	Tarefas executadas na QRF / ISAF / 1ºSEM06.	XIX
Quadro nº 12 -	Tarefas executadas na KTM / KFOR / 1ºSEM14.....	XIX
Quadro nº 13 -	Principal equipamento específico para o CAU.....	XX

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – ESQUEMA GERAL DA INVESTIGAÇÃO

APÊNDICE B - GUIÃO DE ENTREVISTA

APÊNDICE C – CARACTERÍSTICAS DO AMBIENTE OPERACIONAL URBANO

APÊNDICE D – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

APÊNDICE E – FND EM MISSÕES INTERNACIONAIS NATO

APÊNDICE F - TAREFAS PLANEADAS PARA AS FND

APÊNDICE G - TAREFAS EXECUTADAS PELAS FND

APÊNDICE H - EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS PARA CAU

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

1BIMEC	1º Batalhão de Infantaria Mecanizado
1ªCCmds	1ª Companhia de Comandos
A	
AFG	Afeganistão
AM	Academia Miliar
AOR	Área de Responsabilidade
APA	<i>American Psychological Association</i>
ATP	<i>Allied Tactical Publication</i>
C	
C4I	
Comp	Companhia
CAE	Combate em Áreas Edificadas
CAU	Combate em Ambiente Urbano
CdE	Centro de Excelência
CEM	Conceito Estratégico Militar
CEME	Chefe de Estado-Maior do Exército
Cmdt	Comandante
CRC	<i>Crowd and Riot Control</i>
CRO	Operações de Resposta a Crises
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
E	
EA	Escola das Armas
EM	Estado-Maior
EME	Estado-Maior do Exército
EPI	Escola Prática de Infantaria
EUA	Estados Unidos da América
EOD	<i>Explosive Ordnance Disposal</i>
EOM	Estrutura Operacional de Material

F	
FND	Forças Nacionais Destacadas
G	
GPS	<i>Global Positioning System</i>
I	
IDN	Instituto da Defesa Nacional
IED	Improvised Explosive Device
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
ISAF	<i>International Security Assistance Force</i>
K	
KFOR	<i>Kosovo Force</i>
KTM	<i>KFOR Tactical Reserve Maneuver Battalion</i>
M	
MDN	Ministério da Defesa Nacional
mm	Milímetro
MNBG	Multinational Battle Group
N	
NATO	North Atlantic Treaty Organization
NEP	Normas de Execução Permanente
NUO NTGTG	NATO Urban Operation NATO Training Group Task Group
O	
OAP	Operações de Apoio à Paz
OE	Objetivos Específicos
ONU	Organização das Nações Unidas
P	
p	página
pp	páginas
PDE	Publicação Doutrinária do Exército
PIC	Plano de Implementação de Capacidade
PRT	<i>Provincial Reconstruction Team</i>

PSO	<i>Peace Support Operations</i>
Q QO	Quadro Orgânico
R RC RFM RTO	<i>Regional Command</i> Relatório Fim de Missão <i>Research and Technology Organisation</i>
T TECM TTP TIA TO	Tarefas Essenciais para o Cumprimento da Missão Técnicas Táticas e Procedimentos Trabalho de Investigação Aplicada Teatro de Operações
U UEB UEC	Unidade Escalão Batalhão Unidade Escalão Companhia

INTRODUÇÃO

O presente trabalho materializa o Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), realizado no âmbito do Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Infantaria do Exército, na Academia Militar (AM), com o tema: Emprego do Exército Português nas Operações em Ambiente Urbano. Este corresponde à fase final de um percurso de cinco anos na AM, que habilita a entrada nos quadros permanentes, como oficiais do Exército Português.

“Quase sem exceções, os novos conflitos que se iniciaram a partir de 1991 têm-se desenvolvido em áreas urbanas” e de acordo com vários estudos e relatórios¹ realizados, as tendências futuras apontam para essa realidade (Antunes, Monteiro, Teixeira, Basto, Garcia, & Santos, 2004, p. 16).

O aumento da população mundial, a crescente urbanização associada, o incremento na proliferação e capacidades das ameaças assimétricas, bem como o incremento de conflitos em áreas urbanas, são evidências que comprovam a elevada probabilidade da condução de Operações em Ambiente Urbano em futuros conflitos (Exército Português, 2011b). Tais tendências indicam que estes conflitos serão travados no seio da população, entre Estados e atores não estatais, caracterizados pela assimetria, verificando-se que o controlo de áreas urbanas será decisivo à plena realização dos objetivos estratégicos, operacionais e táticos nos conflitos. Esta realidade opõe-se ao preceito doutrinário de que as cidades constituem obstáculos ao avanço das tropas, devendo, sempre que possível, serem contornados (Wielhouwer, 2004). O Combate em Ambiente Urbano (CAU) constitui-se, portanto, “o mais complexo, intenso e mais provável campo de batalha no século XXI” (Antunes, Monteiro, Teixeira, Basto, Garcia, & Santos, 2004).

Face à situação internacional e ao leque de desafios que se opõem à estabilidade e à paz, concluiu-se que as forças da organização atlântica serão forçadas a adaptarem-se e

¹ *The NATO Research and Technology Organisation's (RTO) Technical Report Land Operations in the Year 2020* (2003); *Strategic Trends Programme Future Operating Environment 2035* (2014); *NATO Urbanisation Conceptual Study* (2016).

manterem-se preparadas para conduzir Operações em áreas urbanas no futuro (Research and Technology Organisation (RTO), 2010). Neste sentido, perspectiva-se que, no quadro da aliança atlântica de que Portugal faz parte, a participação nacional se faça em conflitos desta natureza. Para Portugal, a continuidade na Aliança Atlântica e noutras organizações de que faz parte é indispensável para garantir condições mínimas de estabilidade num cenário de transformação, uma vez que permanecem no ambiente de segurança internacional fatores de instabilidade e conflitualidade cujas consequências podem desencadear situações de risco que, direta ou indiretamente, podem pôr em causa os interesses nacionais. Neste sentido, as Forças Armadas Portuguesas que integram o Exército são o vetor primordial no apoio à política externa e têm como missão contribuir como instrumento do Estado para a segurança internacional, nomeadamente pela sua participação em missões militares internacionais (Conceito Estratégico Militar [CEM], 2014).

Deste modo, o assunto que se propõe investigar, sobre o Exército Português nas Operações em Ambiente Urbano, reveste enorme importância e interesse para o desempenho das forças neste ambiente. Trata-se, pois, de uma matéria atual e pertinente, cuja análise constitui um desafio e justifica a preferência na escolha deste tema. De igual modo contribui para a aplicação do método científico numa investigação aplicada, exigida no mestrado integrado em ciências militares na especialidade de Infantaria.

Assim sendo, este trabalho tem como objetivo geral verificar a doutrina, organização, treino e meios do Exército Português para a condução de Operações de CAU em contexto das missões internacionais no âmbito da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO). Em resultado de tal objetivo geral, advêm os seguintes objetivos específicos que se pretendem atingir com esta investigação:

OE1: Caracterizar a doutrina ao nível das Unidades Operacionais de Infantaria do Exército Português para a condução de Operações de CAU.

OE2: Caracterizar a organização das Unidades Operacionais de Infantaria do Exército Português para a condução de Operações de CAU.

OE3: Caracterizar o treino operacional das Unidades Operacionais de Infantaria do Exército Português para a condução de Operações de CAU.

OE4: Caracterizar os meios materiais das Unidades Operacionais de Infantaria do Exército Português para a condução de Operações de CAU.

Tendo em conta estes objetivos, formulou-se uma questão central: “Como se caracteriza a doutrina, organização, treino e meios das Unidades Operacionais de Infantaria para a condução de Operações de CAU?”.

A escolha destes vetores de análise, deveu-se principalmente ao facto de estes fazerem parte do conceito de capacidade de uma força. Definindo capacidade militar² como a aptidão que uma força tem para atingir um determinado objetivo, a melhor forma de caracterizar a aptidão do Exército Português no contexto do CAU é através das suas componentes.

O objeto da investigação são as Unidades Operacionais de Infantaria do Exército nas Operações de CAU, delimitando-se o mesmo a duas Forças Nacionais Destacadas (FND) que participaram em missões fora do território nacional, no âmbito dos compromissos assumidos internacionalmente com a NATO, nomeadamente no Afeganistão e no Kosovo. Quanto ao estudo da doutrina, da organização, do treino e dos meios materiais nas Unidades, foi delimitado temporalmente aos últimos 10 anos.

Deste modo tenho como finalidade do meu TIA aprofundar os conhecimentos nesta matéria, investigando uma problemática particular, de primordial importância para a missão do Exército e propor algumas recomendações no sentido de melhorar as suas capacidades para realizar o combate neste ambiente.

A realização deste Relatório científico, de natureza aplicada, foi feita de acordo com as bases lógicas do raciocínio dedutivo (Freixo, 2011). Tendo em conta os objetivos do trabalho, a investigação é essencialmente descritiva, pois pretende-se identificar e analisar os aspetos mais significativos que hoje se julgam reconhecer no Exército Português ao nível da doutrina, organização, treino e meios para a condução de Operações de CAU. Para operacionalizar o método foi realizado o Estudo de caso, nomeadamente a duas Missões Internacionais no quadro da NATO: *Quick Reaction Force (QRF)/International Security Assistance Force (ISAF)* no Teatro de Operações (TO) do Afeganistão (AFG) e o *Kosovo Force Tactical Reserve Maneuver Battalion (KTM)/Kosovo Force (KFOR)* no TO do Kosovo (Barañano, 2004). Dentro das técnicas de recolha de dados foram utilizadas as entrevistas exploratórias, entrevistas semi-diretivas e a recolha de dados a partir de dados documentais. Uma vez que os dados recolhidos têm uma natureza qualitativa, e tendo em conta as técnicas de recolha de dados anteriormente definidas, recorreu-se a uma análise de conteúdo qualitativa (Instituto de Estudos Superiores Militares [IESM], 2014).

² O conceito de capacidade militar deve ser entendido como o conjunto de elementos que se articulam de forma harmoniosa e complementar e que contribuem para a realização de um conjunto de tarefas operacionais ou efeito que é necessário alcançar, englobando componentes de doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade, entre outras (Ministério da Defesa Nacional [MDN], 2014).

O presente trabalho foi elaborado tendo como base as normas de redação de trabalhos de investigação superiormente estabelecido nas Normas de Execução Permanente (NEP) nº520/4ª versão, de 11 de maio de 2015, da AM e pela NEP nº 522/1ª versão, de 20 de janeiro de 2016. Qualquer situação que não estivesse prevista nesta NEP foi colmatada com as Normas *American Psychological Association* (APA). Quanto às abreviaturas, siglas e acrónimos, foi adotada a Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 0-18-00 – Abreviaturas Militares (Exército Português, 2010) e o documento *Glossary of Terms and Definitions of Military Significance for use in NATO* (North Atlantic Treaty Organization [NATO], 2015).

Ao longo das próximas páginas serão abordadas várias matérias relacionadas com o assunto a investigar, estruturadas e ordenadas de forma a apresentar um encadeamento lógico, sendo que os primeiros dois capítulos estão orientados para a metodologia adotada na investigação bem como para os métodos e materiais, respetivamente. O terceiro capítulo trata da parte conceptual, onde se procura fazer uma revisão de literatura, no sentido de enquadrar as Operações de CAU. O quarto, quinto, sexto e sétimo capítulos estão direcionados respetivamente para a caracterização da Doutrina, Organização, Treino e Meios das Unidades Operacionais de Infantaria. O oitavo capítulo diz respeito à análise e discussão dos resultados, onde são respondidas as perguntas derivadas levantadas inicialmente, recorrendo aos dados recolhidos por entrevista e fontes documentais. Apresenta-se no final do trabalho a conclusão, onde se responde à problemática levantada, bem como um conjunto de propostas e reflexões que se consideram pertinentes expor, no sentido de consolidar o tema do trabalho.

CAPÍTULO 1

MÉTODO DA INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo é apresentada e explicada a metodologia científica utilizada para o presente trabalho. Segundo Gil, método diz respeito a um “caminho para se chegar a determinado fim” traduzindo-se no “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” (1999, p. 27). Desta forma é importante recordar que método e técnica têm significados diferentes: o primeiro representa como se pesquisa, enquanto que o segundo representa por meio de que se pesquisa (Soriano, 2004). Assim, procurou-se conduzir a investigação de modo a responder às questões derivadas e, finalmente, à questão central, conseguindo atingir os objetivos da investigação, de uma forma sequencial e com um um raciocínio dedutivo. A partir da Figura nº 3³ é possível observar a sequência lógica da investigação. Tendo em conta a questão central, foram levantadas quatro questões derivadas:

QD1: Como se caracteriza a doutrina das Unidades Operacionais de Infantaria para a condução de Operações de CAU?

QD2: Como se caracteriza a organização das Unidades Operacionais de Infantaria para a condução de Operações de CAU?

QD3: Como se caracteriza o treino operacional das Unidades Operacionais de Infantaria para a condução de Operações de CAU?

QD4: Como se caracterizam os meios materiais das Unidades Operacionais de Infantaria para a condução de Operações de CAU?

Numa primeira fase o trabalho é analisado do ponto de vista da sua natureza e dos objetivos. Numa segunda fase analisa-se o método de abordagem ao problema inicial e os métodos de procedimentos utilizados na investigação. Para o efeito recorreu-se a alguns autores, como é o caso de António Carlos Gil, Raymond Quivy e Luc van Campenhoudt, Lakatos e Marconi, José, Ana Maria Barañano, entre outros igualmente importantes. Foi

³ Ver Apêndice A – Esquema geral da Investigação.

também utilizado, devido à clareza e utilidade, a publicação do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) - Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação (2014).

1.1. Natureza da investigação

Sendo que o presente trabalho materializa o Relatório Científico Final do TIA, a natureza da investigação é aplicada, ou seja, tem como objetivo a aplicação de conhecimentos orientados para resolver problemas ou necessidades específicas e concretas, relacionados com a sua área de especialização, neste caso, em contexto de ambiente profissional sobre assuntos de reconhecido interesse para o Exército (Appolinário, 2004).

1.2. Objetivos da investigação

Uma vez que a investigação tem como objetivo verificar e analisar a doutrina, organização, treino e meios das Unidades Operacionais de Infantaria, para a execução de Operações de CAU, o seu objetivo será essencialmente de carácter descritivo. (IESM, 2014).

1.3. Bases lógicas da investigação

Após classificar a investigação quanto à natureza, é necessário o auxílio de um método de abordagem ao problema. Para a investigação ser tornar mais clara no seu propósito e delimitada na sua abordagem, na génese do trabalho foi levantada uma problemática sob a forma de pergunta. Esta veio mais tarde a materializar-se numa questão central, a qual orientará o esforço do trabalho para a sua resposta e consequentemente para o cumprimento do objetivo central. Decorrente da questão central, foram levantadas outras quatro questões, que, por sua vez, necessitam de ser respondidas para chegar à resposta da primeira. O tipo de raciocínio que sustenta a abordagem do problema é dedutivo⁴, uma vez a partir da doutrina que existe nos manuais, bem como dos factos expostos pelos relatórios das missões, será possível deduzir uma verdade particular.

⁴ Este método de investigação é abordado por vários autores, contudo, para este trabalho foi utilizado Freixo (2011).

Com a aplicação deste método é possível verificar e descrever qual o conceito de emprego das Unidades Operacionais de Infantaria, bem como a sua organização, meios e treino para poderem conduzir Operações de CAU.

Através deste raciocínio dedutivo será possível conduzir a investigação de forma a que se obtenham conclusões consideradas verdadeiras a partir de premissas também consideradas verdadeiras. As premissas são materializadas através dos dados factuais recolhidos nos relatórios, da bibliografia e nas entrevistas (Freixo, 2011).

1.4. Métodos de procedimento

Em relação aos métodos de procedimento, estes correspondem a etapas mais concretas de investigação, com um objetivo mais específico em termos de explicação geral dos fenómenos. Sendo assim, o Estudo de Caso⁵, foi o método utilizado no trabalho para analisar duas Missões Internacionais: a ISAF e a KFOR.

Neste caso particular, o estudo irá debruçar-se nas missões ISAF e KFOR no âmbito da NATO por terem sido missões internacionais onde Portugal participou com FND, com maior relevância, impacto e por terem características representativas de Operações em ambiente urbano. Através deste estudo, foi possível fazer a ponte entre o que está previsto nos manuais doutrinários de CAU ao nível das categorias de análise acima referenciadas e o que é planeado e executado efetivamente nos TO atuais.

O estudo destes dois casos específicos assenta fundamentalmente na análise de Relatórios de Aprontamento, Relatórios Fim de Missão (RFM) e entrevistas, que permitirão a recolha de informação, essencialmente qualitativa, com o intuito de perceber o conceito de emprego das FND nestes TO, as suas tarefas essenciais, compreender o programa de treino orientado para a missão na fase de aprontamento, entre outras (Barañano, 2004). Como tal, para o presente trabalho, a estratégia de investigação assumida respeita uma abordagem essencialmente qualitativa, porque assentou na compreensão e entendimento subjetivo do objeto de estudo, sem demais preocupações com medições e análises estatísticas (Instituto de Estudos Superiores Militares [IESM], 2014).

⁵ Este método foi operacionalizado com base no livro de Ana María Barañano: *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão* Para este autor este método representa uma investigação empírica que “estuda um fenómeno contemporâneo, dentro de um contexto real” (2004, p. 102).

CAPÍTULO 2

MÉTODOS E MATERIAIS

2.1. Procedimentos técnicos de recolha de dados

A técnica diz respeito aos instrumentos e procedimentos usados para a recolha de dados, que conferem operacionalidade ao método (Carvalho, 2009). Na realização deste trabalho, a recolha de dados assentará sobretudo na pesquisa documental escrita, nacional e internacional, e entrevistas semi-diretivas. Durante a fase inicial do trabalho foram também realizadas entrevistas exploratórias ao Capitão de Infantaria Brigas e ao Capitão de Infantaria Araújo e Silva. Estes militares, tendo sido representantes portugueses no *NATO Urban Operation NATO Training Group Task Group*⁶ (NUO NTGTG), permitiram uma melhor compreensão do tema das Operações em Ambiente Urbano, bem como auxiliaram na orientação do trabalho, encontrando novas formas de abordar o problema.

2.1.1. Pesquisa Bibliográfica e Documental

A aquisição de dados centrou-se na consulta e recolha de livros ou manuais nas bibliotecas da AM e em suporte informático nas bases de dados e repositórios académicos *online* do Instituto da Defesa Nacional (IDN)⁷ e do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal⁸. Após uma fase inicial de pesquisa bibliográfica a várias fontes e autores, foi necessário complementar a investigação recorrendo-se a uma análise documental dando foco à credibilidade das informações contidas nos documentos e à sua adequação aos objetivos do trabalho de investigação (Quivy & Campenhoudt, 2008).

⁶ Grupo de trabalho da NATO orientado para a área específica do CAU criado em 1981 com o nome *NATO Fighting in Built Up Areas/ Military Operations on Urban Terrain*.

⁷ Disponível em <http://bibliotecas.defesa.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=idn>.

⁸ Disponível em <http://www.rcaap.pt>.

No que toca à fase inicial do trabalho, foram utilizadas várias fontes e manuais doutrinários, como é o caso do *NATO Urbanisation Conceptual Study*⁹ (2016b), *ATP-99 Urban Tactics* (2016a) e a PDE 3-07-14 Manual de Combate em Áreas Edificadas (CAE) (2011b). Na elaboração do capítulo de análise e discussão de resultados recorreu-se, essencialmente, a RFM e Relatórios de Aprontamentos.

2.1.2. Entrevista

Adicionalmente, como técnica de recolha de dados, foi explorado o inquérito por entrevista, nomeadamente entrevista semi-diretiva. Neste tipo de entrevistas, de acordo com Quivy & Campenhoudt, existe alguma liberdade e flexibilidade no decorrer da entrevista, ou seja, pode haver um guião pré-elaborado com algumas questões, mas o entrevistador pode ter que intervir para re-orientar a entrevista, salientando os aspetos que considere mais relevantes (2008). A justificação na escolha deste tipo de entrevista prende-se com o facto de possibilitar o acesso a uma grande riqueza informativa, aprofundar algumas matérias e adquirir conhecimento mais específico sobre as tarefas e missões desempenhadas pelas FND (Baranão, 2004). As entrevistas foram realizadas a oficiais que participaram nas Missões do Kosovo e do AFG, com funções de comando nas FND, aplicadas no sentido de colmatar e completar lacunas em questões de informação que, não estando suficientemente exploradas em suporte bibliográfico e documental, poderão ser endereçadas graças à experiência profissional e conhecimento técnico dos diversos entrevistados.

No caso do Kosovo, desde janeiro de 2005 até abril de 2016 vinte e dois contingentes portugueses participaram no TO, sendo que para este trabalho, devido à impossibilidade de explorar todos, o foco incidiu somente no 1º Batalhão de Infantaria Mecanizada da Brigada Mecanizada (março de 2014 a outubro de 2014).

No caso da missão no AFG, foi só a partir de 2005 que Portugal contribuiu com uma *Quick Reaction Force* (QRF), composta por uma unidade de manobra do Exército de escalão Companhia: Companhia de Comandos do atual Regimento de Comandos ou de uma Companhia de Atiradores Pára-quedistas, de acordo com a capacidade e disponibilidade da Brigada de Reação Rápida. Para a missão no AFG, foi abordada a QRF que atuou entre fevereiro de 2006 e agosto de 2006.

⁹Elaborado pelo departamento *Development, Concepts and Doctrine* Centre do Ministério da Defesa do Reino Unido.

O universo de investigação neste trabalho pode ser organizado em dois grupos. Um deles é constituído por todos os oficiais que, participando no Kosovo, desempenharam a função de Cmdt de Companhia e Cmdt da FND, entre janeiro de 2005 e abril de 2016. O outro, constituído pelos oficiais que desempenharam funções de Cmdt de Companhia e Cmdt da FND, enquanto QRF no AFG, entre agosto de 2005 e setembro de 2010.

2.2. Caracterização da Amostra

Devido à impossibilidade de entrevistar todo o universo, foi selecionada uma amostra, que segundo os tipos de amostragens apresentados por Barañano (2004), foi “não aleatória”, nomeadamente, uma amostragem orientada, isto porque foram selecionados apenas elementos que tivessem desempenhado funções de Cmdt de Companhia e Cmdt da FND do conjunto de oficiais que formam o universo de investigação.

Foram realizadas 6 entrevistas semi-diretivas, constituídas por nove questões de resposta aberta, utilizando para isto um guião¹⁰. As perguntas pretendem recolher informações sobre a experiência profissional dos militares nas missões estudadas, com vista à resposta das questões derivadas. Para o registro das respostas utilizou-se um gravador de voz, com os devidos conhecimento e consentimento do entrevistado. A amostra utilizada é constituída pelos Oficiais representados na Quadro nº 1.

Entrevistado	Nome	Posto	Missão	Função desempenhada
1	José Pedro Gonçalves Venâncio	Cap	2BIMec/FND/KFOR (OUT 15 a ABR 16)	Cmdt BRAVO Coy/2BIMec
2	Carlos Abílio Cavacas Macieira	TCor	2BIMec/FND/KFOR (OUT 15 a ABR 16)	Cmdt 2BIMec/FND/KFOR
3	Henrique Carvalho	Maj	1BIPara/FND/KFOR (SET 10 a MAR 11)	Cmdt BRAVO Coy/1BIPara
4	Pedro Simões Abreu	TCor	1BIPara/FND/KFOR (SET 10 a MAR 11)	Cmdt 1BIPara/FND/KFOR
5	José António Emídio Martins Ruivo	TCor	QRF/FND/ISAF (FEV 06 a AGO 06)	Cmdt 1CCMDS
6	António José Pereira Cancelinha	TCor	QRF/FND/ISAF (FEV 08 a AGO 08)	Cmdt 2CCMDS

Quadro nº 1 - Amostra das entrevistas

Fonte: Elaboração própria

¹⁰ Ver Apêndice B – Guião de Entrevista.

CAPÍTULO 3

OPERAÇÕES EM AMBIENTE URBANO

Quando se analisam vários conflitos recentes¹¹, constata-se que a maioria decorreu em áreas urbanas ou de predominância urbana. Normalmente, as operações militares inseridas em ambiente urbano são caracterizadas por terem um empenhamento operacional de cariz assimétrico e de elevada intensidade (Antunes, et al., 2004, p. 18). Neste ambiente, as forças terrestres estão dispersas num terreno complexo onde a combinação de edifícios, ruas e subterrâneos se traduzem num espaço tridimensional no qual a população é uma variável constante. Por conseguinte, as zonas urbanas apresentam-se como campos de batalha muito distintos daqueles relacionados com áreas de terreno aberto.

O termo tridimensionalidade, aqui abordado, corresponde à possibilidade de haver combate tanto a nível térreo, como nos telhados dos edifícios, nos subterrâneos, dentro dos edifícios, etc., fazendo referência a todas as dimensões físicas do campo de batalha que afetam de forma direta o emprego das forças terrestres. O aspeto tridimensional é ainda intensificado pela possibilidade de a ameaça surgir a partir de qualquer lado (Exército Português, 2012).

A identificação de uma multidimensionalidade, segundo alguns autores, inclui uma dimensão não tangível, fruto da evolução tecnológica, transpondo as dimensões físicas do campo de batalha. Visto não corresponder ao principal interesse do presente trabalho, o conceito multidimensional não foi aqui adotado.

Primeiramente, é importante referir que existem vários termos para definir o conceito de Operações em Ambiente Urbano, especialmente quando é englobada a doutrina de outros países. De tal forma, é necessário definir quais as publicações e referências a adotar no decorrer desta investigação. A base doutrinária para o CAE em Portugal é a PDE 3-07-14 Manual de CAE, servindo como suporte aos referidos cursos ministrados na Escola das

¹¹ “III Guerra do Golfo, Líbano, Israel/Palestina, Panamá, Bósnia, Kosovo, Somália, Libéria, Albânia, Serra Leoa, Haiti, Timor Leste” (Antunes, Monteiro, Teixeira, Basto, Garcia, & Santos, 2004, p. 18).

Armas¹² (EA) e constituindo como referência sólida para o Treino Operacional (TOp) conduzido pelos Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças (Ministério da Defesa Nacional [MDN], 2011). Sendo que Portugal faz parte da Aliança Atlântica e assume vários compromissos internacionais enquadrados na mesma, faz sentido utilizarmos como referência a doutrina da mesma, destacando-se as publicações: *Allied Tactical Publication-99 (ATP-99)*, relatórios e estudos científicos¹³ de longa duração da NATO, bem como outros documentos. Contudo, foram também utilizados alguns conceitos de publicações dos Estados Unidos da América (EUA), cuja utilização é justificada pela elevada experiência em CAU. Tendo por alicerce estes documentos, serão definidos vários conceitos relacionados com as Operações militares neste ambiente e apresentadas as principais características¹⁴ do ambiente urbano.

O conceito de Operações militares em ambiente urbano tem sofrido várias alterações no decorrer dos anos. Em 1979, o termo *Military Operation on Urban Terrain*, foi adotado pela publicação Americana *Field Manual (FM) 90-10* e referia que as ações militares planeadas e conduzidas num terreno complexo, onde há influencia humana nas construções, surte um impacto sobre as opções táticas disponíveis para os comandantes (Cmndt). Anos mais tarde este termo veio a ser substituído pelo *FM 3-06*, ficando a prevalecer “*Urban Operations*” (2006). Embora não haja uma definição explícita do termo, pode-se assumir que as “*Urban Operations*” estão relacionadas com as Operações militares num ambiente operacional¹⁵, caracterizado por conter um terreno complexo, população concentrada e infraestruturas, podendo ocorrer em qualquer tipo de operação prevista no espectro de Operações militares (Headquarters, Department of the Army, 2006).

Segundo o ATP-99 – *Urban Tactics*, as Operações Urbanas são definidas como: “*operations across the range of military operations planned and conducted on, or against objectives within, a topographical complex and its adjacent natural terrain, where man-made construction or the density of population are the dominant features*” (2016a, p. 1.5).

¹² “A Escola das Armas é uma unidade de formação que tem por missão primária conceber e ministrar cursos de formação inicial, progressão na carreira e formação contínua” (Diário da República, 2014, p. 6410).

¹³ *NATO Research and Technology Organization (NATO R&TO)*. Esta organização realiza estudos no âmbito do tipo de forças terrestres, as suas capacidades e características necessárias para operações de combate e outro tipo de operações, tendo como base uma análise temporal.

¹⁴ Ver Apêndice C – Características do Ambiente Operacional Urbano.

¹⁵ Ver Apêndice C – Características do Ambiente Operacional Urbano

A partir desta definição é possível observar que existem aspetos semelhantes às anteriores definições, nomeadamente no facto de integrarem as Operações urbanas num terreno complexo, onde as características preponderantes são as construções de origem humana e a densidade populacional. As Operações Urbanas são igualmente abordadas pelos diferentes manuais no contexto de abrangerem todo o espectro de Operações militares.

Na publicação nacional de CAE, está previsto que as Operações Urbanas podem ser efetuadas na ofensiva, na defensiva, na estabilização e em Operações de apoio, ou seja, em todo a tipologia de Operações do espectro das Operações. As forças que operam neste ambiente podem estar sujeitas a diferentes condições de emprego: “cirúrgicas”, de “precisão” e de “alta intensidade” (Exército Português, 2011b, pp. 2.4-2.5). É, portanto, importante que os Cmdt se adaptem consoante a situação.

De acordo com as definições apresentadas, as Operações de CAU¹⁶ podem ser então definidas como Operações conduzidas em condições de elevada intensidade, num ambiente caracterizado pela estrutura física da área urbana, população e infraestruturas de apoio, tendo como finalidade primária a destruição ou derrota do inimigo/adversário e a conquista de terreno.

Quando abordamos estes conceitos, torna-se necessário esclarecer e diferenciar alguns termos, como é o caso de “área urbana” e “ambiente urbano”. No *FM 3-06* ambos os conceitos são apresentados, respetivamente:

“An urban area is a topographical complex where man-made construction or high population density is the dominant feature. (...) The urban environment includes the physical aspects of the urban area as well as the complex and dynamic interaction and relationships between its key components – the terrain (natural and man-made), the society, and the supporting infrastructure – as an overlapping and interdependent system of systems” (2006, p. 1.2).

Na doutrina da NATO, o ambiente urbano, na sua generalidade, é visto como um sistema complexo que incorpora três características interligadas: estrutura física da área urbana, amplamente complexa e influenciada pelo “Homem”; a população não-combatente que trabalha e reside na estrutura física; e por último, as infraestruturas de apoio do qual a população depende (NATO, 2016b).

A estrutura física da área urbana abrange o terreno, ou espaço natural, e a influência humana que nele se manifesta, incluindo todas as construções ou modificações no terreno

¹⁶ Combate em Ambiente Urbano: nova terminologia para a designação de Combate em Áreas Edificadas, segundo a última reunião da NATO, decorrida no período de 7 de março 2016 a 18 de março 2016.

(NATO, 2016b). Aquela pode dividir-se em dez tipos diferentes: centro histórico; centro financeiro/negócios; zona industrial densa; zona industrial ligeira; zona residencial de alta densidade; zona residencial de baixa densidade; bairros de lata; subterrâneos; campos de refugiados; e terminais de transportes (NATO, 2016b). As características estruturais das áreas urbanas dependem grandemente de fatores de ordem social, cultural e económico. A sua complexidade com as suas áreas edificadas, ruas e zonas subterrâneas, traduzem-se num campo de batalha multidimensional, com contornos difíceis de traçar, influenciando sobremaneira o planeamento e a condução das Operações militares.

A população não-combatente, considerada um dos mais importantes fatores a ter em conta nas Operações militares, tem ainda um maior impacto no decorrer de combate em áreas urbanas. Com a presença de civis surgem implicações a vários níveis, desde a mobilidade, ao poder de fogo e segurança dos próprios e dos combatentes. Adicionalmente, fatores como a estratificação devido a etnias, raças, linguagens, religiões e/ou ideais políticos diferentes podem agravar o acima descrito (Exército Português, 2011c).

As infraestruturas de apoio correspondem ao conjunto de elementos que suportam uma estrutura de construção civil, servindo de apoio à população. Todas as edificações que cumprem alguns fins de apoio influenciando a população e o funcionamento da cidade constituem Infraestruturas de apoio. Podem dividir-se em quatro categorias diferentes, de acordo com o seu propósito: “*Utilities*¹⁷”; “*Transportation*¹⁸”; “*Industry*¹⁹”; “*Public facilities*²⁰” (NATO, 2016a, pp. 2.5-2.6). É de extrema relevância considerar que o controlo de algumas destas infraestruturas pode significar o controlo populacional e/ou territorial, influenciando de tal forma a operação militar podendo ditar o seu sucesso (Vaz, 2004).

Para o entendimento das características físicas das áreas urbanas é exigido uma abordagem que compreenda a multidimensionalidade da sua estrutura, bem como das suas formas genéricas, funções e dimensões. Segundo o relatório da NATO²¹, o ambiente urbano apresenta dez dimensões: “*Aerospace*”, “*Land Surface Areas*”, “*Supersurface Areas*”,

¹⁷ Compreende os sistemas de abastecimento de água e saneamento, de distribuição de energia e de telecomunicações, entre outros (NATO, 2016a).

¹⁸ Compreende as redes de circulação associada aos diferentes modos de transporte, aeroportos, portos marítimos, etc. (NATO, 2016a).

¹⁹ Compreende instalações pertencentes às diversas indústrias, desde mineira, agrícola, petroléira, química, entre outras. (NATO, 2016a).

²⁰ Compreende instalações de serviços de emergência, edifícios governamentais, monumentos religiosos, etc. (NATO, 2016a).

²¹ NATO *Urbanization Conceptual Study*, 2016.

“Subterranean Areas”, “Sea Surface”, “Subsurface”, “Seabed”, “Cyberspace”, “Human Domain”, “Riverine” (NATO, 2016b, pp. A.7-A.8). Estas dimensões evidenciam o facto de que o ambiente urbano é único com uma complexidade elevada, apresentando múltiplas e diferenciadas características que dependem de vários fatores como a localização, economia, desenvolvimento, clima, cultura, população residente, tecnologia, entre outros. A infinidade de combinações possíveis que a estrutura física da área urbana pode assumir, faz deste ambiente operacional o mais difícil e complexo de empregar militares na condução de Operações (NATO, 2016b).

CAPÍTULO 4

DOCTRINA

Sendo o objetivo deste estudo caracterizar as Unidades Operacionais de Infantaria na condução de Operações de CAU, será analisada a doutrina ao nível tático²², focando-se no “conjunto de princípios e regras que visam orientar as ações das forças e elementos militares, no cumprimento” de tarefas no âmbito do CAU (Exército Português, 2012, p. B.10).

4.1. Fontes Doutrinárias

No Exército Português, o órgão que está responsável pela atividade global de produção doutrinária é a Divisão de Doutrina do Estado-Maior do Exército (EME) em Évora. Entre as diversas funções que lhe compete, realçam-se as seguintes: avaliar a situação do corpo doutrinário do Exército e promover a sua atualização, manter a interoperabilidade entre forças e com a NATO, atividades relacionadas com o sistema de Lições de Aprendidas e divulgar as publicações doutrinárias desenvolvidas (Exército Português, s/d). A anterior Escola Prática de Infantaria (EPI) também tinha um papel relevante na produção e desenvolvimento de doutrina, sobretudo na área do CAU. Atualmente, a Entidade Técnica Responsável que detém esta responsabilidade é a EA.

As matérias que envolvem as Operações de CAU são apresentadas em diversos manuais doutrinários do Exército Português destacando-se a PDE 3-07-14 – Manual de CAE (2011); ao Regulamento de Campanha (RC) - Operações (2005).

A “PDE 3-07-14 – Manual de Combate em Áreas Edificadas” resulta de uma atualização doutrinária que “recolhe e consolida as Técnicas Táticas e Procedimentos (TTP) em uso nos países membros da NATO” (Exército Português, 2011b, p. XV). Analisando este manual, verifica-se que aborda algumas matérias sobre CAU, dando foco à técnica individual de combate, bem como à doutrina orientada para o planeamento e condução de

²² O emprego das forças ao nível tático da guerra, implica a prossecução de objetivos táticos nas operações militares. “O alcançar destes objetivos contribui para o sucesso dos níveis operacional e estratégico” (Exército Português, 2015, p. 1.2).

Operações em áreas urbanizadas, nomeadamente ao escalão pelotão e secção em Operações ofensivas e defensivas.

Quanto ao RC de 2005, este representa um documento fundamental para o Exército em contexto de planeamento e conduta das Operações militares em todo o espectro do conflito, centrando-se essencialmente numa análise mais detalhada e pormenorizada, focada em “como fazer” e em Operações de combate (p. XIII). Este regulamento resultou em grande parte da transposição do ATP 3.2 – *Land Operations* (2003), documento enquadrante da doutrina da NATO ao nível tático, baseado no RC 130-1 - Operações (1987), nas partes que se considerou ainda estarem atualizadas, bem como no AJP-1 – *Allied Joint Doctrine* e AJP-3.4 – *Military Operations Other Than War* (MDN, 2005).

É no “Capítulo 11 - Operações em Ambientes Específicos”, que este documento aborda as Operações em Áreas Edificadas, analisando os efeitos das Áreas Edificadas nas Operações táticas, as condições de emprego e os princípios de condução destas Operações (MDN, 2005, p. 11-1).

A “PDE 3-65-00 Operações de Apoio à Paz – Táticas, Técnicas e Procedimentos” (2011), embora não seja um manual vocacionado para Operações de combate, explora a doutrina associada ao emprego das forças militares em Operações de Apoio à Paz (OAP), tratando por isso de várias matérias que são inseparáveis da componente urbana. Alguns dos assuntos que se destacam no contexto das Operações em ambiente urbano são os seguintes: controlo das áreas urbanas; controlo de tumultos; bloqueios e *checkpoints*; colunas e escoltas; manuseamento de engenhos explosivos; medidas de proteção da força; Operações de busca (Exército Português, 2011c). É também baseado na doutrina NATO, nomeadamente no ATP – 3.4.1.1, *Peace Support Operations (PSO) – Tactics, Techniques and Procedures*.

Num esforço de o Exército Português manter a doutrina atualizada, existe atualmente um representante no NUO NTGTG e tem havido a participação de militares no estrangeiro em cursos relacionados com o CAU. Este grupo de trabalho tem como objetivos reconhecer, partilhar e rever métodos de treino, documentos e outros assuntos relacionados com o CAU, de modo a manter os países participantes e a NATO atualizados neste assunto. A EA, entidade tecnicamente responsável pelo CAU, é representada por um Delegado Nacional (Silva A. e., Urban Operations NATO Training Group Task Group, 2014).

Todos estes documentos abordam a doutrina do CAU de uma forma generalista, essencialmente ao nível tático, baseando-se na doutrina da NATO, de forma a garantir as orientações e princípios fundamentais a serem aplicados às várias Unidades, já que estas diferem em termos de equipamento, armamento, táticas técnicas e procedimentos e

organização. Baseando-se nas diversas fontes de referência disponíveis, as Unidades tendem a fazer um esforço para criar normas e procedimentos táticos adaptados à sua natureza, materializando-se em NEP's.

4.2. Conceito Operacional

“O conceito operacional do exército visa a condução de operações em todo o espectro do conflito²³”, ou seja, as forças terrestres têm que estar prontas para atuar em operações militares que podem assumir vários níveis de violência, desde paz estável até guerra total (Exército Português, 2012, p. 2.12). A execução de operações em todo o espectro também exige que as forças tenham a capacidade para combinar, de forma simultânea ou sequencial, todo o tipo de operações, ou seja, ofensivas, defensivas e de estabilização. A finalidade última destas forças é atingir a paz estável e cumprir com os objetivos estabelecidos pela política.

As Unidades Operacionais de Infantaria do Exército Português, nomeadamente o Batalhão de Infantaria, o Batalhão dos Comandos, o Batalhão de Infantaria Paraquedista e o Batalhão de Infantaria Mecanizada (BIMec) embora diferentes na tipologia de força e meios, possuem semelhanças quanto ao seu emprego no CAU. Todas estas unidades constituem forças de Infantaria vocacionadas para atuarem em TO de alta, média e baixa intensidade podendo ser empregues dentro da tipologia de operações no âmbito do artigo 5º ou não-artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte (Quadro Orgânico [QO], 2009). Dentro deste leque de operações que podem ser executadas, destacam-se as operações em ambientes específicos. Nestas inserem-se as áreas edificadas, onde as forças podem ser empregues se dispuserem do equipamento exigido e adequado para atuar no mesmo. Por isso, está previsto que, para garantir o seu emprego nas missões internacionais, as forças devem possuir a capacidade de operar em áreas edificadas. Atendendo à situação, a forma de emprego dessas unidades é mais exponenciada em termos de capacidades se forem executadas pelo escalão Batalhão e Companhia (QO, 2009).

²³ O espectro do conflito é o pano de fundo para as operações conduzidas pelas forças terrestres podendo abranger por ordem gradual os seguintes níveis de violência: paz estável, paz instável; guerra subversiva e guerra total (Exército Português, 2012).

Normalmente as campanhas militares²⁴ são caracterizadas pela possibilidade de haver mais do que um tipo de operações. Devido à natureza imprevisível dos recentes conflitos e às características do atual ambiente operacional, uma operação de estabilização pode passar rapidamente para uma missão de combate com carácter ofensivo ou defensivo. De tal forma, as “forças terrestres devem ser capazes de conduzir de forma simultânea ou sequencial” qualquer tipo de operação, mantendo o princípio da flexibilidade sempre presente (Exército Português, 2015, p. 1.4).

O atual sistema internacional tem sido marcado por diversas mudanças e tendências que podem afetar o ambiente operacional onde as forças terrestres são empregues. Algumas das tendências que se destacam são as seguintes: globalização, desenvolvimento tecnológico, alterações demográficas, urbanização, estados falhados, etc. (Exército Português, 2012). Segundo esta perspectiva, e dada a natureza dos recentes conflitos, as forças terão que se preparar para operar em cenários de diferentes intensidades, onde independentemente do tipo de operação, o fator urbano, a população e as infraestruturas serão predominantes (Exército Português, 2011b).

Com base no Manual de CAE do Exército Português, os princípios que norteiam as operações ofensivas, defensivas e de estabilização “permanecem válidos nas operações de CAE”, embora tenham que ser sempre adaptados de acordo com a situação (Exército Português, 2011b, p. 2.4-2.1). Para uma operação ser tipificada como Urbana, depende do ambiente operacional onde as forças estão inseridas, isto é, se este possui as características do ambiente urbano: população não-combatente, estrutura física da área urbana e infraestruturas de apoio. Com base nesta lógica, a maioria das operações militares da atualidade são consideradas urbanas por integrarem a combinação destas características, praticamente indissociáveis. Desta forma, as operações de CAU abrangem as operações ofensivas, defensivas e de estabilização (Exército Português, 2011b).

²⁴ “Uma série de operações militares, planeadas e conduzidas para atingir um objetivo estratégico numa determinada área, tempo, que normalmente envolve forças terrestres, navais e aéreas” (Exército Português, 2012, p. B-6).

Com base na doutrina²⁵ em vigor na NATO, o espectro das operações militares preconiza duas grandes áreas: as operações desencadeadas no âmbito do artigo 5º²⁶ do Tratado do Atlântico Norte²⁷, em articulação com o artigo 51º da Carta das Nações Unidas, designadas por “*Article 5 Collective Defence*” ou “Artigo 5 Defesa Colectiva”; e um conjunto de outras operações que, não fazendo parte do artigo 5º, são referidas como “*Non-Article 5 crisis response operations*” ou Operações de Resposta a Crises (CRO) (NATO, 2010, p.1.3; Instituto de Estudos Superiores Militares [IESM], 2006, p.1.2).

No primeiro caso, as Operações artigo 5º correspondem a operações realizadas por Estados membros da organização e que se destinam a responder a um ataque armado contra qualquer membro da Aliança, numa perspetiva de legítima defesa coletiva (NATO, 2015).

No segundo caso, as CRO podem compreender participação da Aliança na condução de um largo espectro de operações que se constituem como o contributo principal para uma efetiva resolução de crises “que possam afectar a segurança ou ameaçar a estabilidade das nações pertencentes à NATO” (IESM, 2006, p. 1). Podem abranger desde OAP até outras que podem incluir operações de combate²⁸. Por este motivo as “forças empregues deverão possuir as adequadas capacidades de combate, pois poder-se-ão efectuar operações de combate” em operações cujo objetivo contribua para a paz e segurança internacional (p. 34).

A principal diferença entre as Operações Artigo 5º e as CRO reside no facto de que nas últimas não há uma obrigação formal de as nações pertencentes à NATO participarem nestas operações, enquanto que no âmbito do artigo 5º “as nações estão formalmente comprometidas a tomar as acções que considerem necessárias para restaurar e manter a segurança na área da Aliança” (IESM, 2006, p.2).

No que toca às Operações Urbanas, estas são transversais a todos os níveis da guerra e encontram-se inseridas em todo o espectro das operações no âmbito NATO, ou seja, podem

²⁵ “A doutrina define-se como um conjunto de princípios e regras que visam orientar as ações das forças e elementos militares, no cumprimento da missão operacional do Exército, na prossecução dos Objetivos Nacionais” (Exército Português, 2012, XIII).

²⁶ “As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou colectiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a acção que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte” Acedido a 12 de abril de 2016 em http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm.

²⁷ Este tratado foi assinado por 12 Estados a 4 de abril 1949 em Washington D.C. com vista à criação da Aliança. Também é conhecido como Tratado de Washington.

²⁸ “As operações de combate têm como finalidade primária a destruição ou derrota do inimigo ou adversário e a conquista de terreno” (Exército Português, 2012, p. 2.12).

ser planeadas e conduzidas nos dois tipos de operações: Operações artigo 5º e Operações não-artigo 5º. Por sua vez, as operações de CAU, um subsistema das Operações Urbanas, compreendem o conjunto de Operações militares nos termos do artigo 5º e abrangem parte das Operações não artigo 5º, pois o carácter violento, a imprevisibilidade da ameaça e o vasto leque de tarefas possíveis de serem realizadas enquadram-se neste tipo de operações (North Atlantic Treaty Organization [NATO], 2016a). A Figura nº 1 esquematiza a inserção das operações de CAU no espectro de operações da NATO.

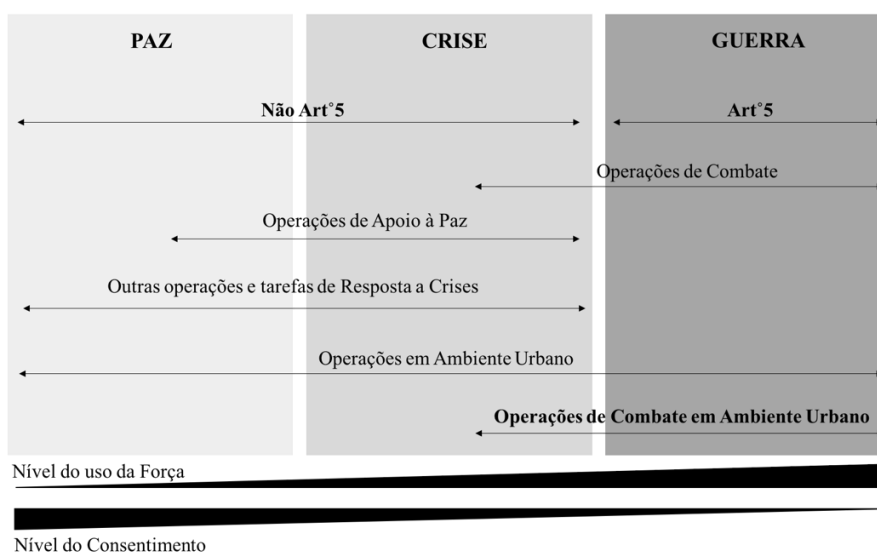


Figura nº 1 - Enquadramento das Operações de CAU no espectro de operações NATO.

Fonte: Adaptado de Exército Português (2005, p. 2.11).

No conceito operacional das operações de CAU insere-se a noção de “*Three Block War*²⁹”, que caracteriza o futuro cenário das missões. Segundo a sua descrição, e principalmente em escalões superiores, os futuros TO irão dividir-se e abranger três “blocos”: campos de batalha onde as forças estarão a prestar ajuda humanitária, áreas onde as forças se concentrarão em operações de manutenção de paz, e por fim, territórios onde as forças se encontrarão a travar um combate de média intensidade. Este paradigma clarifica a

²⁹ Conceito descrito por Charles Krulak.

incerteza das subunidades quanto ao grau de violência em que operam quando inseridas em ambientes urbanos.

4.3. Conceito de Emprego

De acordo com as principais características do ambiente operacional urbano e a complexidade do emprego de forças militares neste ambiente, o sistema de planeamento e condução de operações militares deverá ser orientado para este tipo de operações. O sistema conceptual utilizado pela NATO para o planeamento e condução de operações urbanas é designado por USECT³⁰, por ser um acrónimo para “*Understand*”, “*Shape*”, “*Engage*”, “*Consolidate*” e “*Transition*” ou traduzindo: Compreender, Preparar, Empenhar, Consolidar e Transição (NATO, 2016, pp. 1.5, 1.6)³¹. De acordo com a doutrina NATO, este sistema foi concebido para ajudar o Cmdt no planeamento e condução de operações no complexo ambiente urbano, apresentando cinco fases, que embora estejam de uma forma sequencial, “funcionam num ciclo interdependente, contínuo e simultâneo” (Silva A. M., 2003, p. 19).

4.3.1. Considerações de ordem tática e implicações nas operações militares

As implicações do ambiente urbano nas operações militares são variadas. Quando se trata de operações de alta intensidade, como é o caso de combate em ambiente urbano, estas dificuldades podem influenciar ainda mais o sucesso das mesmas. A nível tático, algumas das considerações importantes nas operações em áreas urbanas traduzem-se num campo de batalha multidimensional, áreas de devastação, existência de cobertos e abrigos, combate próximo, atiradores furtivos iminentes, presença de população não-combatente, possível utilização de armas químicas e biológicas, iminência de armadilhas e IEDs nas variadas formas e existência de restrições e regras de empenhamento, entre outras (NATO, 2016a; Exército Português, 2012). Todas estas considerações terão obviamente implicações diretas

³⁰ Este sistema foi adotado pela primeira vez por um grupo de trabalho da NATO na realização de um estudo publicado no Relatório da *Research and Technology Organisation (RTO) Study Group into Urban Operations In The Year 2020* (Silva A. M., 2003).

³¹ Tradução livre da responsabilidade do autor.

e indiretas nas operações militares, nomeadamente nas funções de combate³², tal como especificado no esquema da Figura nº2.

As diferentes configurações que as áreas edificadas podem assumir e as características deste ambiente traduzem-se nas várias dimensões onde as operações podem decorrer, como por exemplo o combate no subsolo ou nos telhados. Na maioria dos casos, as forças que atuam em áreas urbanas têm que estar preparadas para combater a curtas distâncias, incluindo o combate corpo-a-corpo, como por exemplo, quando se ataca ou limpa um edifício. Neste tipo de tarefas, para além de haver um desgaste físico superior, haverá necessariamente influências ao nível do stress, provocado pelo isolamento e pela dificuldade de localização do inimigo, uma vez que se pode misturar facilmente com a população civil. O combate próximo implica, por outro lado, a utilização de armas de curto alcance, dificultando e limitando o apoio mútuo.

Adicionalmente, o emprego de meios de apoio de fogos é limitado, nomeadamente o emprego dos morteiros e das peças de artilharia. Este tipo de tiro indireto é dificultado devido à configuração das infraestruturas e à presença de população-não-combatente na área urbana, e ainda à consequente dificuldade na aquisição de alvos e referenciação de objetivos. Como resultado da utilização destes meios, ou de outros sistemas de armas, nas áreas urbanas surge a provável degradação e destruição de edificações e vias de comunicação. Além da problemática associada aos danos causados a infraestruturas consideradas património cultural ou infraestruturas de apoio indispensáveis, os escombros e destroços resultantes do combate também poderão restringir o movimento e manobra das forças, sobretudo se houver o emprego de viaturas ou carros de combate.

A complexidade e as características inerentes ao ambiente operacional urbano provocam, de certa forma, limitações ao nível dos meios de comunicação via rádio e à localização exata dos soldados. Em qualquer dos casos, a morfologia das áreas urbanas reduz a capacidade de observação e provoca dificuldades na transmissão de dados em tempo real, influenciando grandemente o comando e controlo das forças. Isto requer que nestas tarefas se privilegie a ação de comando descentralizada, dando mais responsabilidade aos mais baixos escalões.

³²“Uma função de combate é um grupo de tarefas e sistemas (pessoas, organizações, informação e processos) unidos por uma finalidade comum que os comandantes aplicam para cumprir missões operacionais e de treino” (Exército Português, 2012, p. 2-24).

Na maioria dos casos, as operações em ambiente urbano consomem mais tempo do que é inicialmente previsto e resultam num elevado número de perdas, tanto civis como militares.

A imprevisibilidade e a evolução tecnológica vieram trazer ao combate urbano a possibilidade de utilização de armadilhas, como é o caso dos engenhos explosivos improvisados nas mais variadas formas e tipos, ou a iminência de armas de destruição maciça cada vez menores, mais baratas e facilmente acessíveis, principalmente a autores não-estatais (Vaz, 2004). A utilização de engenhos explosivos improvisados e armadilhas, além de restringir severamente a manobra das forças, apresenta também um efeito psicológico, contribuindo para o stress do combatente.

Conflitos mais recentes demonstraram que a atuação de forças num ambiente urbano implica mais restrições ao nível do uso da força do que noutros tipos de ambientes operacionais. Estes condicionamentos, impostos pelas Regras de Empenhamento devem-se à necessidade de minimizar as perdas civis e preservar infraestruturas críticas. Estas condicionantes irão contribuir para a redução das vantagens de uma força numericamente superior e tecnologicamente mais desenvolvida.

Para além de todos os aspetos já referenciados, as necessidades de ordem logística, neste ambiente operacional, são mais exigentes e complexas. E isto deve-se ao facto de o acentuado consumo de munições, as necessidades frequentes de evacuação sanitária e os abastecimentos às variadas classes, entre outros, exigirem mais da capacidade do apoio de serviços.

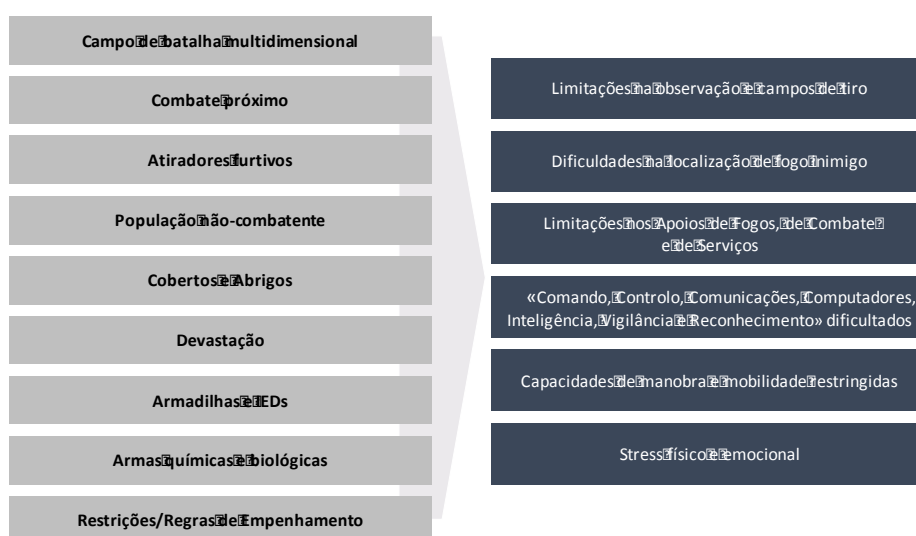


Figura nº 2 - Condicionamentos táticos e influências nas Operações militares.

Fonte: Elaboração própria.

4.4. Conduta nas Operações

4.4.1. Operações Ofensivas

As operações ofensivas em áreas urbanizadas correspondem a “operações de combate conduzidas com o intuito de derrotar ou destruir o inimigo e conquistar terreno, recursos e centros populacionais”, sendo complexo e extremamente cansativo (Exército Português, 2015, p. 1.5).

Ao nível das forças com escalão Batalhão, a ofensiva pode assumir as formas de ataque imediato ou ataque deliberado. Estes diferem ao nível do pormenor do planeamento, da coordenação e do reconhecimento para a operação, e quanto ao tempo disponível para cada situação. O ataque imediato pode ser conduzido: “como resultado de uma manobra para o contacto”; “num combate de encontro”; “Após uma defesa com sucesso”; ou quando “surge uma oportunidade para explorar uma vulnerabilidade da ameaça”. Quanto ao ataque deliberado, este é planeado com pormenor, baseado em informações credíveis de reconhecimentos exaustivos, com a força preparada e conduzido de forma sincronizada com o recurso a todos os meios disponíveis (Exército Português, 2011b).

A conduta das operações ofensivas pode ser dividida em 5 fases: “Isolar o objectivo”; “Conquista de uma base firme”; “Consolidação de objetivos”; “Limpeza da área”; “Consolidação e Reorganização” (Exército Português, 2011b, pp. 3.20-3.21).

A fase de isolar o objetivo destina-se a isolar a área que envolve o objetivo através do controlo ou ocupação do terreno envolvente e dos eixos de aproximação mais prováveis.

A conquista de uma base firme refere-se à conquista de uma posição na área urbana, que representa um objetivo intermédio, antes de se penetrar na área e progredir para assalto. Esta é uma fase crítica da ofensiva, pois refere-se ao momento que o atacante se encontra mais vulnerável e necessita de tomar uma decisão. Deve ser uma posição que não consiga ser observada pela ameaça e que garanta a proteção contra os seus fogos (Exército Português, 2011).

A Consolidação de objetivos diz respeito à fase após à penetração, onde são conquistados e consolidados vários objetivos intermédios ao longo do eixo de progressão da força atacante com o objetivo de fornecer bases firmes antes de se lançar o assalto subsequente ou de desorganizar a defesa do inimigo (Idem).

A Limpeza de área implica a limpeza de pontos de resistência da ameaça, podendo traduzir-se em limpezas sistemáticas de edifício a edifício, ou apenas a limpeza de certos pontos que se consideram essenciais ao cumprimento da missão. Na delimitação da dimensão da área a limpar, o Cmdt deve ter em consideração as variáveis de decisão.

A última fase correspondente à Consolidação e reorganização e é semelhante à última fase de qualquer tipo de operação ofensiva. Caracteriza-se por conduzir uma série de procedimentos com o objetivo de impedir as tentativas de reconquista por parte do adversário às áreas anteriormente limpas e conduzir uma série de ações de reabastecimento e evacuação de baixas e material preparando a força para seguir as tarefas subsequentes (Idem).

4.4.2. Operações Defensivas

As operações defensivas correspondem a “operações de combate, conduzidas para derrotar um ataque inimigo, economizar forças e criar condições favoráveis para passar a operações ofensivas ou de estabilização” (Exército Português, 2015, p. 1.5). Quando executadas em áreas urbanas uma força pode tirar vantagem da utilização de algumas características do mesmo, como é o caso do ambiente físico e das infraestruturas na preparação do terreno. Os edifícios, por exemplo podem garantir posições defensivas ideais para receber um ataque, preservando a proteção da força (Exército Português, 2005).

A nível de Batalhão a conduta defensiva em ambiente urbano pode assumir essencialmente duas formas: defesa avançada³³ e defesa em profundidade³⁴, sendo que ambas têm uma ênfase na posse de terreno e na sua negação ao adversário (Exército Português, 2011b).

No que toca ao planeamento, organização, preparação e defesa em áreas edificadas, o defensor pode tirar proveito de vários aspetos como a proteção e cobertura que os edifícios podem garantir ou as restrições de mobilidade e manobra que as áreas edificadas provocam ao atacante. Aproveitando estas vantagens, o defensor pode “infringir perdas, atrasar,

³³ A defesa avançada corresponde a um tipo de defesa de área no qual a ação decisiva é executada a partir de posições defensivas bem preparadas onde permitem bater o adversário em áreas de empenhamento (Exército Português, 2012).

³⁴ A defesa em profundidade corresponde a um tipo de defesa de área no qual “permite absorver o ímpeto do ataque, forçando o inimigo a empenhar-se repetidamente na profundidade do setor (...) ao mesmo tempo reduz o risco de uma penetração profunda irrecuperável para a força defensora” (Exército Português, 2012, p.7-7).

defender ou fixar uma força atacante muito superior” (Exército Português, p. 4.1). Porém, atualmente, vê-se cada vez mais situações em que a defesa em áreas edificadas é praticamente impensável devido principalmente às limitações que a lei internacional impõe quando estas têm significado cultural, religioso ou histórico.

De acordo com as variáveis de missão³⁵, a defesa ao nível do Batalhão pode implicar a constituições de forças específicas para enfrentar a ameaça no ambiente urbano. Segundo a PDE 3-07-14 (2011) e a ATP-99 (2016) da NATO, podem ser constituídas: forças de defesa em perímetro; forças de desgaste; pontos fortes e posições de combate; reserva central.

As forças de defesa em perímetro proporcionam cobertura às tropas, idealmente em posições de apoio mútuo que permitam a recolha de informação acerca do inimigo e iniciar a sua neutralização. Eles retiram-se quando já não conseguirem influenciar o combate através dos seus meios, deslocando-se para os pontos fortes.

À medida que as forças de perímetro se retirarem e deslocam-se para os pontos fortes, devem ser empregues os meios de apoio de fogos para cobrir a sua retirada e sucessivamente as forças de desgaste assumirem o combate. Assim estas devem estar localizadas entre a defesa em perímetro e a defesa da área urbana. “Têm por missão retardar, desorganizar, desgastar e canalizar a ameaça para zonas de morte” (Exército Português, 2011b, p. 4.25). Para além do que já foi referido esta fase dificultará ao inimigo a perceção do dispositivo defensivo das Forças amigas.

Os pontos fortes e posições de combate estão preparados para continuar a resistência, mesmo que contornados e isolados (Exército Português, 2011b). Os pontos fortes baseiam-se em edifícios ou em áreas edificadas com uma sólida construção e localização privilegiada. Devem posicionar-se em torno da zona de morte e de forma a conseguir garantir o apoio mútuo entre as posições de combate (NATO, 2016). Esta é uma fase crítica da defesa, pois é caracterizada por combates violentos com o objetivo de neutralizar o inimigo e impedir que o mesmo se reorganize ou cerque a área onde estão as forças defensivas (Exército Português, 2011b).

Ao nível de Batalhão deve ser planeada também uma reserva central que possa fazer face a imprevistos e ganhar a iniciativa. Numa situação ideal estaria localizada numa posição central entre as forças, de modo a demorar sensivelmente o mesmo tempo a ser empregue,

³⁵ Missão, Inimigo, Terreno, Meios, Tempo disponível e considerações de âmbito civil (Exército Português, 2012).

priorizando a sua atuação nos pontos fortes. “Esta reserva deve ser móvel, impedir qualquer penetração entre as localidades, ser capaz de realizar contra-ataques para recuperar zonas perdidas e reforçar posições se necessário” (Exército Português, 2011b, p. 4.27).

4.4.3. Operações de Estabilização

Estes tipos de operações são realizados fora do território nacional e abrangem um conjunto de missões, tarefas e atividades que

“visam essencialmente a manutenção ou restabelecimento de um ambiente seguro e estável, facilitar a reconciliação entre adversários locais e/ou regionais, apoiar o restabelecimento de instituições políticas, legais, sociais e económicas, facilitar a transição de responsabilidades para um governo local legítimo, apoiar a reconstrução de emergência de infraestruturas e prestar ajuda humanitária” (Exército Português, 2015, p. 1.5).

As operações de estabilização são as que têm ganho maior destaque desde a década de 90³⁶, começando em Moçambique e estendendo-se até às missões atuais nas quais Portugal participa, contudo, foi a partir de 1996, na Bósnia, que o Exército Português começou a aplicar unidades de combate. Tudo indicia que haverá cada vez uma maior necessidade da participação militar em missões neste âmbito. As operações de estabilização congregam uma panóplia de tarefas táticas que devem ser planeadas simultaneamente com as operações ofensivas e defensivas, pois “mesmo quando a condução de operações de combate é dominante, existe a necessidade de estabelecer um ambiente seguro e providenciar ajuda humanitária” (Exército Português, 2012, p. 8.1).

Segundo a ATP-99, as tarefas primárias, de seguida apresentadas, são as que se enquadram mais nas operações em ambiente urbano.

4.4.3.1. Estabelecer um ambiente seguro e estável³⁷

É possível que este tipo de tarefas seja o foco principal de atividades militares na condução de operações de estabilização. Implica a proteção das populações de ameaças externas e o apoio às forças de segurança da nação hospedeira na manutenção ou

³⁶ O Exército projetou a primeira FND em 1993, para Moçambique, com um Batalhão de Transmissões. Desde então, participou com FND no TO da Bósnia e Herzegovina, em Angola, Kosovo, Timor-Leste, Iraque, Afeganistão e Líbano. Acedido a 3 de maio de 2016 em <https://heportugal.wordpress.com/missoes-exteriores/>.

³⁷ *Security and Control* (NATO, 2016a, p. 4.29).

restabelecimento de segurança e ordem contra ameaças internas (Exército Português, 2012; NATO, 2016a). O estabelecimento de um ambiente seguro e estável podem incluir as seguintes tarefas:

- Patrulhamentos: este tipo de tarefa permite à força o domínio do terreno e o controlo do movimento das forças inimigas, visando adquirir informações, identificação de pessoas e neutralização de grupos hostis. O tipo de patrulhas depende do objetivo que se pretende alcançar, podendo ser permanente, social, de reconhecimento ou de combate (Exército Português, 2011b; NATO, 2016a).

- Colunas e Escoltas: tarefas fundamentais aquando do transporte de bens essenciais e/ou pessoas. Relativamente à organização, as colunas de viaturas correspondem aos elementos que estão a ser protegidos e a escolta à força destacada para providenciar a proteção. O tamanho da escolta, a preparação dos veículos e o potencial de combate dependem da ameaça, do tamanho da coluna de viaturas e das forças disponíveis (Exército Português, 2011b; NATO, 2016a).

- Operações de Ordem Pública: tarefas de assistência às forças policiais de forma a garantir o restabelecimento e cumprimento da lei e da ordem pública. Podem ser realizadas tarefas de controlo de tumultos na sequência de uma alteração de ordem pública, que despolette distúrbios, manifestações ou tumultos no seio da população. Este tipo de tarefas pode ser aplicado na prevenção de danos em infraestruturas estatais ou com interesse cultural e/ou histórico (Exército Português, 2011b; NATO, 2016).

- Operações de Cerco e Busca: tarefas executadas para deter indivíduos, coletar evidências e apreender armas e/ou equipamento às forças inimigas. Para realizar as operações de busca, a força isola inicialmente o objetivo de forma a prevenir a fuga dos elementos hostis e proteger as equipas de busca de possíveis ataques ou distrações (Exército Português, 2011b; NATO, 2016).

- Controlo de Itinerários: tarefas de proteção de itinerários para garantir domínio e controlo das principais rotas de abastecimento e impedir liberdade de movimentos às forças hostis (NATO, 2016).

- Controlo das Zonas Fronteiriças: tarefas de controlo de infraestruturas ou edifícios governamentais, edifícios de armazenamento de comida e armamento, ou outros locais de importância que necessitem proteção e algum isolamento dos centros urbanos (NATO, 2016). Adicionalmente, podem ser realizadas tarefas de controlo de fronteiras e liberdade de movimentos (Exército Português, 2011c).

- Recolher Obrigatório: tarefa que, após a imposição do recolher obrigatório pelas autoridades civis, permite o controlo da população no ambiente urbano durante determinadas horas. Para o estabelecimento do recolher obrigatório, pode surgir a necessidade da realização de patrulhas, *checkpoints*, ações de vigilância, e eventualmente condução de ações de ordem pública face às restrições impostas (Exército Português, 2011c; NATO, 2016).

4.4.3.2. Apoiar a reforma do setor de segurança³⁸

Visa a regulação de comportamentos e atividades de indivíduos e grupos, estabelecendo a segurança pública e contribuindo para a criação de condições para o restabelecimento de serviços essenciais (Exército Português, 2011c). Para garantir uma ordem civil e o restabelecimento das capacidades da nação hospedeira, no âmbito da segurança pública, as forças do exército podem ter que intervir até que o setor de segurança seja capaz de desempenhar as funções expectáveis, havendo nova transferência de responsabilidade. Paralelamente ao referido, nesta fase, as forças militares devem apoiar a manutenção da lei, a reforma dos sistemas judicial e prisional. Esta tarefa primária é de extrema importância em nações a emergir de um conflito, sendo que representa também um grande contributo na prevenção de possíveis conflitos em estados mais frágeis. Para tal, o apoio militar poderá envolver o treino e assessoria das forças de segurança nativas (Exército Português, 2011c; NATO, 2016a).

4.4.3.3. Apoiar o restabelecimento de serviços essenciais³⁹

As forças do exército podem ser empenhadas face às necessidades básicas da população para assegurar a proteção de serviços essenciais, como a prestação de cuidados de saúde de emergência e evacuação sanitária, fornecimento de alimentos e água, fornecimento de alojamento de emergência. Ao estabelecer as medidas e serviços básicos, os esforços da força militar contribuem para alcançar a estabilidade política, sustentabilidade

³⁸ “*Support to security sector reform (SSR)*” (NATO, 2016a, p. 4.29). Segundo A PDE 3-00, esta tarefa é considerada como o conjunto de três tarefas: o estabelecimento de um ambiente seguro e estável, o apoio ao restabelecimento da segurança pública e o apoio à governação (Exército Português, 2012).

³⁹ “*Support to initial restoration of services*” (NATO, 2016a, p. 4.29).

económica e o bem-estar social da população. Esta tarefa primária pode ainda articular-se nas seguintes subcategorias: apoiar iniciativas no âmbito dos direitos humanos, apoiar programas de educação e outros de ajuda humanitária (Exército Português, 2011c).

4.4.3.4. Apoiar a governação e o desenvolvimento⁴⁰

Os esforços desenvolvidos nesta tarefa visam o restabelecimento da administração e dos serviços públicos, bem como a estabilização política, como forma de apoio a uma governação efetiva e legítima (NATO, 2016a). A capacidade de governação de uma nação é intimamente afetada por crises económicas e instabilidades sociais, sejam elas um conflito interno, externo ou uma catástrofe. As ações da força militar devem, portanto, culminar numa sociedade detentora das seguintes características: processo político aberto e anticorrupção, existência de programas de investimento do setor público e operações do Tesouro legítimas, recuperação da economia e programas empresariais, liberdade de imprensa e sociedade civil funcional (Exército Português, 2011c).

4.4.4. Operações de Transição

Este tipo de tarefas é conduzido ao longo de todo o espectro de operações militares em ambiente urbano, servindo como ponte de transição entre diferentes operações, através do apoio ao planeamento, preparação e execução da missão subsequente. Desta forma, as principais finalidades das Operações de Transição passam por garantir informações atualizadas às forças quando assumem o controlo das operações e uma fluidez inerente às mesmas. Reconhecimentos, tarefas de segurança, substituição de unidades e deslocamentos táticos ou administrativos são alguns tipos de tarefas primárias de Transição (Exército Português, 2011c; NATO, 2016).

⁴⁰ “*Support to initial governance tasks*” (NATO, 2016a, p. 4.29).

CAPÍTULO 5

ORGANIZAÇÃO

Em oposição ao que acontece em algumas forças militares, o Exército Português não prevê, no sistema de forças, unidades com organização específica para operar neste ambiente, “em virtude das unidades poderem ter que actuar em diferentes tipos de ambiente, ao longo do espectro das operações militares” (Silva A. M., 2003, p. 46). De acordo com o QO de 2009, e com o CEM 2014, a organização das forças reforça uma “tónica no emprego modular e flexível, capacitadas para ações conjuntas e combinadas, e expedicionárias” permitindo a necessária flexibilidade para promover, quando determinado, forças tarefa, para o cumprimento de determinadas missões (QO, 2009; MDN, 2014, pp. 40-41). Assim a organização e estrutura da força são traçadas dependendo da missão assumida, dos recursos disponíveis para realizá-la e da satisfação dos requisitos operacionais definidos para cada missão (Ramalho, 2009). Deste modo, quando o Exército Português é empregue numa missão Internacional no quadro de organizações, como é o caso da NATO, a situação pode exigir a reestruturação de uma Unidade Orgânica, integrando módulos que lhe garantam outras capacidades ou potenciem as existentes, em função das variáveis de missão e das lições aprendidas no respetivo TO. Por exemplo, se houver a possibilidade da realização de tarefas no âmbito de *Counter-Improvised Explosive Devices* (C-IED), será necessário que a força projetada tenha esta capacidade específica e, caso não tenha, terá que ser reforçada por um módulo de Sapadores. De acordo com os QO das Unidades de Operacionais de Infantaria, todas têm a capacidade para “conduzir operações em áreas urbanizadas” (QO, 2009).

A maioria das forças militares convencionais das outras nações treinam as operações em ambiente urbano com forças de armas combinadas⁴¹ (Exército Português, 2011b).

⁴¹ O conceito de armas combinadas é alcançado através da “aplicação simultânea e sincronizada dos elementos de potencial de combate para alcançar um efeito sinérgico na ação militar. (...) É o caso típico do emprego combinado da infantaria com carros de combate” (Instituto de Estudos Superiores Militares [IESM], 2010, p. 58).

Analisando a doutrina nacional de CAU, verifica-se que, para as situações em que a força tenha que realizar alguma tarefa neste âmbito, deverá ocorrer uma reorganização de acordo com a missão e, em alguns casos, o nível de efetivos terá que ser elevado. O tamanho da força dependerá principalmente da “qualidade de informações, grau de surpresa e grau de superioridade de poder de fogo que o atacante pode alcançar ao invés do grau de sofisticação com que o defensor preparou a área urbana”, bem como a “quantidade de danos colaterais aceitáveis e a quantidade esperada de não-combatentes” (Exército Português, 2011, p. F.2).

A organização para o CAU não exige que as Unidades de infantaria alterem a sua orgânica prevista em QO, salvo situações que a força necessite de incorporar algumas capacidades que não possua para o cumprimento de tarefas específicas da missão, tal como foi referido anteriormente. Contudo, para ações ofensivas no CAU, o manual doutrinário refere que no interior das forças deve haver uma reorganização diferente do normal, dividindo-se sempre em força de assalto, força de apoio e, quando possível, força de reserva (Exército Português, 2011). Dependendo da especificidade de algumas forças de Infantaria e da sua natureza, esta organização pode alterar ligeiramente, sobretudo quando estas diferem no equipamento que utilizam, porém, o esquema geral deverá manter-se.

A força de assalto corresponde aos elementos que realizarão a operação decisiva, como por exemplo o assalto a um edifício ou a sua neutralização. A força de apoio, por sua vez, poderá ter como tarefas a supressão do inimigo, o isolamento de uma área, a segurança de uma parte do edifício, entre outras. Por último a força de reserva poderá ter como tarefas “prosseguir o ataque ou apoiar o ataque pelo fogo”, “reabastecimento de munições e explosivos” ou “evacuar baixas, prisioneiros e civis” (Exército Português, 2011, p. 3.67).

Para a defensiva, podem ser organizadas quatro tipos de forças, como já foi referido no capítulo anterior, sendo elas: forças de perímetro; forças de desgaste; pontos fortes e posições de combate; reserva central. No entanto, verifica-se que a flexibilidade é um fator importante a ter em conta, quando se emprega uma força de infantaria no CAU. A sua organização não deve ser estanque pelos manuais ou quadros orgânicos, mas sim extremamente flexível. Cada tarefa e cada missão dita a organização, devendo ser treinada para ser flexível, preparando-se mediante os requisitos da missão (NATO, 2016).

CAPÍTULO 6

TREINO

Primeiramente é necessário clarificar o conceito de “treino”, pois pode assumir vários significados, e conseqüentemente diferentes caracterizações, de acordo com o contexto. O treino diz respeito ao conjunto de atividades com a finalidade de “aperfeiçoamento e/ou a manutenção dos conhecimentos/aptidões/atitudes obtidos através (...) da formação⁴²” (RGIE, 2002, p. 3.1 citado em Duarte, 2008). O treino pode ser individual, se visar unicamente a manutenção e aperfeiçoamento das capacidades operacionais de um militar no desempenho do seu cargo, ou coletivo se visar atividades em que é necessário a interação com outros para poder ser realizada.

Quando o treino estiver ligado à “aprendizagem dos padrões de desempenho operacionais das actividades desenvolvidas em situações de campanha” assume a designação de Treino Operacional (TOP) (Duarte, 2008, p. 25). Para este trabalho, será caracterizado o TOP das Unidades Operacionais para a condução das operações de CAU, realizado na fase de aprontamento das FND⁴³.

O TOP em contexto do CAU tem ganho cada vez mais importância, uma vez que as “tendências demográficas tornam claro que num futuro próximo a maior parte se não a totalidade dos conflitos decorrerão em áreas urbanas” (Antunes, Monteiro, Teixeira, Basto, Garcia, & Santos, 2004). Desta forma, deve focar-se em satisfazer critérios que proporcionem a prontidão das Unidades com encargo operacional, através de várias

⁴² “Conjunto de atividades que visam a aquisição de conhecimentos, perícias, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício de um cargo” ou uma função específica, podendo compreender a instrução militar, formação contínua, e formação profissional. Acedido a 15 de maio de 2016 em <http://www.exercito.pt/pefex/GLOS/Exercito.pdf>.

⁴³ O termo “Força Nacional Destacada”, segundo Ramalho, é “qualquer unidade militar ou de segurança devidamente organizada, equipada, treinada e enquadrada, à qual é atribuída uma missão adequada à sua natureza, fora do território nacional, por um período limitado de tempo (normalmente seis meses), no âmbito da satisfação dos compromissos internacionais assumidos por Portugal” (Ramalho, 2009, p. 66).

tipologias de exercícios⁴⁴. Os exercícios em si devem ser vistos como mais uma ferramenta para se atingir a proficiência nas Tarefas Essenciais ao Cumprimento da Missão.

Segundo o CEM 2014:

“perspetiva-se o abrandamento do ritmo operacional de operações de grande envergadura (...) originando uma maior ênfase na necessidade de criar e manter um exigente programa de exercícios, quer em dimensão, quer em número, relevando a importância do treino e da formação, para assegurar a interoperabilidade e a prontidão de resposta das forças” (p. 3.4).

O treino das operações no âmbito do CAU no Exército Português recai essencialmente nas Unidades Operacionais, principalmente nas de Infantaria, as quais representam a componente mais importante para a realização deste tipo de operações (Exército Português, 2011b). A participação destas unidades em operações no exterior do território nacional exige a realização de planos de treino implementados na fase de aprontamento das FND visando manter, melhorar, ou desenvolver a sua prontidão operacional⁴⁵ através de um conjunto de atividades e ações de formação. Estas devem basear-se nos requisitos operacionais das forças, pelo que é necessário a determinação das necessidades de treino, planeamento do treino, execução e avaliação do mesmo (Romão A. P., 2002).

6.1. Necessidades de treino

De uma forma geral, as necessidades de treino dizem respeito ao levantamento das Tarefas Essenciais para o Cumprimento da Missão (TECM). Para o Cmdt identificar e selecionar as tarefas prioritárias recorre-se à análise de várias fontes como por exemplo: planos de operações, planos de treino que possam existir do antecedente, diretivas do escalão superior, lições aprendidas, etc. De acordo com a missão que a força terá que desempenhar e a análise às várias fontes, é possível serem determinadas as tarefas e o grau de prioridade do treino adequado a cada tipo de operação (Romão, 2002). Para além de necessidades de treino, surgem igualmente necessidades de formação, que se podem materializar em cursos, instruções específicas, palestras e estágios, entre outras atividades.

⁴⁴ Os tipos de exercícios de treino mais comuns são os seguintes: “Situational Training Exercise (STX)”; “Live Fire Exercise (LFX)”; “Field Training Exercise (FTX)”; “Deployment Exercise (DEPEX)”; “Combined Training Exercise (CTX)”; “Command Field Exercise (CFX)” (Exército Português, 2011 a, p. 2).

⁴⁵ Prontidão Operacional - Consiste na conjugação de capacidade operacional e tempo de resposta, representando uma forma de medir a possibilidade de uma força cumprir uma missão atribuída (Duarte, 2008).

6.2. Planejamento

O modelo que define o TOp durante a fase de preparação das FND tem-se consolidado ao longo dos anos e fruto do acúmulo da experiência nesta área. De acordo com Duarte, pode ser dividido em três fases fundamentais: o treino de nivelamento, o treino convencional e o treino orientado para a missão. O primeiro refere-se à fase onde se desenvolvem atividades de instrução individual, com vista à colmatação de lacunas eventualmente existentes ao nível de treino do pessoal e uniformização das capacidades de todos os militares (Duarte, 2008; Ramalho, 2009). A segunda fase corresponde ao treino de tarefas táticas de operações convencionais, nomeadamente algumas tarefas de combate que possam ter interesse para a missão. O treino orientado para a missão é a fase na qual incide o maior esforço, na qual são realizadas várias atividades tendo em vista as tarefas específicas que poderão ser desempenhadas no TO (Duarte, 2008).

Para o treino ser corretamente executado e atingir os objetivos pretendidos, deve ser rigoroso na doutrina aplicada e bem estruturado na sua conduta técnica, desenvolvendo-se de forma gradual ao nível da complexidade. Os recursos necessários para executar as diferentes atividades, bem como o tempo disponível, devem ser fatores a ter em conta para um treino eficiente.

6.3. Execução

Durante a fase de treino orientado para a missão, deve-se procurar adquirir as capacidades operacionais exigidas para o cumprimento da missão. Na fase de preparação, é importante as forças orientarem o seu treino, dentro do possível, de acordo com a doutrina e TTP acordados com a NATO. Assim, faz sentido ser conduzido de acordo com as características do ambiente operacional, lições identificadas de participações anteriores, informações sobre a situação no TO e sobretudo da missão e tarefas a desempenhar, etc. (Duarte, 2008). Ao nível das FND, os treinos e as ações de formação estão também associados à tipologia dos equipamentos e materiais que a Força vai empregar e que já se encontram, do antecedente, no TO. Os programas de treino abrangem treinos a nível individual ou a nível coletivo devendo ser realizados o mais próximo possível da realidade envolvendo cenários semelhantes com o TO, com a força organizada para a missão, privilegiando um clima de alta intensidade, tanto física como mentalmente (Exército

Português, 2011). Em paralelo, e tendo em conta que existe a possibilidade de a força ter que cumprir vários tipos de tarefas, desde ações de presença a ações mais violentas, também estas situações devem ser abordadas durante o treino. De forma a aproximar-se ao máximo de uma situação real, esta fase deve englobar vários exercícios com simulação de presença das forças opositoras, aplicando as regras de empenhamento estabelecidas (Duarte, 2008).

Com base no ATrainP-3 *Education and Training for Urban Operations* da NATO, o treino das forças em contexto de CAU deve focar o desenvolvimento de algumas áreas a nível individual e coletivo. A nível individual visa o desempenho adequado de algumas tarefas específicas, incluindo a capacidade de saber-fazer e saber-agir, permitindo ao soldado uma resposta rápida, precisa e adequada em situações de *stress*. Pode compreender as seguintes áreas: Técnica Individual de Combate (TIC), condição física e mental, proficiência técnica no tiro e no manuseamento de armamento, aptidões linguísticas e compreensão cultural, suporte básico de vida, conhecimento básico sobre atuação com *Improvised Explosive Devices* (IED), topografia em áreas urbanas com recurso a recetores de *Global Positioning System* (GPS), Carta Topográfica ou Fotografia Aérea, em ambiente de visibilidade reduzida e, por último mas não menos importante, o treino de Cmdt e de Líderes (North Atlantic Treaty Organization [NATO], 2014).

As principais ações possíveis de serem realizadas no CAU exigem que as forças treinem as seguintes tarefas coletivas: combate próximo e limpeza de edifícios, operações em condições de visibilidade reduzida, proteção e defesa de pontos sensíveis, controlo de tumultos, conduzir reconhecimentos, conduzir patrulhamentos apeados e montados, operar em *checkpoints* e postos de observação, apoiar as autoridades civis ou outras forças, entre outras (North Atlantic Treaty Organization [NATO], 2014).

6.4. Avaliação

Antes de a FND ser projetada para o TO, esta é geralmente submetida a um exercício com o todo o efetivo, no qual são observados, em contexto de exercícios, um conjunto de requisitos operacionais, incluindo a aplicação das regras de empenhamento (Duarte, 2008). Essa avaliação faz parte do processo de certificação das forças que visa o reconhecimento oficial das capacidades para o cumprimento de uma missão. Desta forma, o processo de certificação garante a legitimidade para o emprego da Força e reforça a transparência da preparação da Força (Teixeira, 2008).

6.5. Formação Individual

Quanto à formação individual pode-se referir que, no Exército Português, existe atualmente o Curso Elementar de CAE. Este curso é ministrado na EA em Mafra, que corresponde à Entidade Técnica Responsável pela formação de CAE, destinando-se a habilitar os militares a desempenhar as funções de instrutor até ao escalão de Pelotão de Atiradores, e formadores no quadro de emprego das FND, no âmbito do planeamento e condução de operações em ambiente urbano (Exército Português, s/d). Havia um segundo curso designado “Curso Avançado de Combate em Áreas Edificadas”, somente para Oficiais dos quadros permanentes com o Curso de Promoção a Capitão, no entanto, segundo a Direção de Formação da EA, este curso deixou de ser ministrado devido à integração de alguns módulos no Curso de Promoção a Capitão de Infantaria (Exército Português, s/d).

6.6. Simuladores

O treino de tarefas de CAU deve ser, dentro das possibilidades, o mais próximo da realidade nos TO. Devido à limitação de reproduzir um cenário tão semelhante e a dificuldade dos instruendos terem acesso à totalidade dos sistemas de armas, surge a necessidade de se recorrer a programas de simulação. Segundo Santos,

“o treino individual e coletivo (...) deve ser transversal a toda a tipologia de desafios e missões e deverá procurar materializar o realismo da ação através da introdução de simuladores e novas plataformas de tiro que possam sustentar o tiro e a manobra coletiva de unidades de baixos escalões” (2009, p. 26).

Neste aspeto pode-se verificar que o Exército Português detém vários equipamentos e ferramentas de simulação nas várias unidades, de acordo com a tipologia de formação e treino. Distinguem-se vários tipos, consoante a sua natureza e função, como é o caso de sistemas *Airsoft*, *Laser Shot*, simuladores virtuais, simuladores de empenhamento tático, etc. Estes sistemas são destinados ao treino de forças de determinado escalão em situações táticas, bem como para a formação ou treino técnico dos militares, abrangendo os níveis individual e coletivo. (EPI, 2009).

6.7. Infraestruturas

A exigência dos treinos operacionais requer a existência de algumas infraestruturas específicas para o efeito. Para o CAU, existe o Centro de Formação e Treino de CAE em

Mafra, que viabiliza o treino operacional de pequenos escalões com qualidade e grande rigor técnico-tático. (Brigada Mecanizada, 2013).

O primeiro curso de CAE, em Mafra, teve início em 1996, após a criação de um projeto de aproveitamento e transformação de infraestruturas abandonadas de um antigo canil na Tapada Militar próximo da antiga EPI, designada de “Aldeia de Camões”. Esta área, ainda em desenvolvimento, corresponde a

“uma área de treino de combate em áreas edificadas, que permite o treino gradual de forças desde o nível individual até ao escalão companhia. Por esta área passam actualmente diversas entidades militares e civis, que efectuem a sua preparação e treino (...) Neste momento, a aldeia Camões é constituída por 8 edifícios, de construção tipicamente portuguesa, um sistema de subterrâneos. Para além disso dispõe ainda de 2 fachadas de edifício, com o objectivo de permitir a progressão de forças apeadas ou montadas no âmbito do combate em áreas edificadas.” (Exército Português, s/d).

De acordo com o Plano de Implementação de Capacidade (PIC) no Exército, tem havido um esforço para se cumprirem determinados requisitos impostos pela NATO, com o intuito de desenvolver na Aldeia de Camões um Centro de Excelência⁴⁶ (CdE) para o CAE. Na Aldeia de Camões, para além do que foi mencionado anteriormente, existe também uma torre multiusos, onde é possível executar *rappel*, *slide*, escalada, entre outras atividades, e uma sala onde é possível executar tiro de calibre 5,56 milímetro (mm). Para além das edificações presentes na Aldeia de Camões, existem ainda uma “Sala de Planeamento e Operações”, um “Centro de Simulação de Treino e Tiro” e as “Carreiras de Tiro” de calibre até 7,62mm (Medronho, 2013, pp. 20-21). Todavia, estas infraestruturas em Mafra, estão limitadas a unidades até escalão Companhia, não permitindo o “espaço adequado para treinar Combate em áreas urbanas até escalão Agrupamento Motorizado/Mecanizado” (Teixeira, 2008, p. 12).

⁴⁶ CdE corresponde a uma “estrutura dedicada a uma área de conhecimento, dotada de recursos humanos, materiais e infraestruturas especializados, assim como de acesso privilegiado a informação relevante, que lhe permita alcançar e manter supremacia na área de especialização, uma valorização contínua e sustentada da estrutura estabelecida e a oferta de formação e apoio técnico de elevada qualidade na sua área de especialização” (Estado-Maior do Exército [EME], 2011, p. 4).

CAPÍTULO 7

MEIOS

O CAU tem particularidades que requerem a utilização de TTP adequados ao respetivo meio, e no qual estão diretamente relacionados com os equipamentos e materiais específicos disponíveis. Estes equipamentos focam-se essencialmente na “necessidade de protecção, no conhecimento de situação, na mobilidade e utilização de sistemas de armas precisas e letais” (Silva A. M., 2003, p. 41). Quanto aos materiais, serão referenciadas algumas considerações ao nível do armamento, equipamento específico para o CAU, bem como outros projetos de desenvolvimento científico nesta área.

7.1. Armamento

O armamento individual no CAU deve ser considerado consoante algumas características do TO, como por exemplo o material de construção das edificações existentes, de modo a não causar perigo aos elementos da força (Exército Português, 2011).

De acordo com o Manual de CAE as principais armas utilizadas pela infantaria são:

- Espingarda Automática. São estas as armas que equipam as unidades de Infantaria e são utilizadas no combate. É importante que estas sejam precisas, que tenham a capacidade de realizar tiro automático e tenham carregadores com bastante capacidade. Também devem ser leves e, em situações de combate próximo, devem possuir um cano relativamente curto e coronha retrátil (Exército Português, 2011). Associado a este tipo de espingarda existem vários equipamentos que aumentam o rendimento da mesma, como por exemplo aparelhos de visão noturna, bandoleiras do tipo “*hands free*” e miras óticas (Miguel Machado, 2014).

- Metralhadoras. Podem ser metralhadoras ligeiras e pesadas, diferindo no peso e na necessidade do número de indivíduos para rentabilizar a arma ao máximo. O seu objetivo principal é semelhante, servindo para a supressão ou destruição de alvos através da execução de um elevado volume de fogos automáticos atingindo alvos com grande alcance (Exército Português, 2011). Uma consideração relevante quanto ao emprego de metralhadoras em

áreas edificadas é a escassez de campos de tiro de longo alcance. Não obstante, devido à sua fiabilidade, permitem um apoio eficaz às forças de assalto.

- Granadas de mão. Existem vários tipos de granadas de mão cuja utilização é relevante no CAU. Existem duas finalidades principais na utilização de granadas de mão: a supressão no apoio ao combate dentro e entre edifícios, na qual são utilizadas, por exemplo, granadas HE ofensivas e defensivas; e dissimulação e cobertura, para as quais são usadas granadas de fumo, que encobrem movimentos por determinado período de tempo. Um fator a considerar no combate dentro de edifícios é a possibilidade de os estilhaços de uma granada defensiva causarem danos colaterais, e por esta razão é, frequentemente, preferencial utilizar a granada ofensiva. De modo suplementar, para realizar entrada em compartimentos tende-se a utilizar, cada vez mais, técnicas de precisão que devem fazer uso de granadas de *flashbang*. Este tipo de granada serve para cegar e confundir o adversário através de um feixe luminoso intenso, sem causar danos letais.

- Lança-granadas automático. Este tipo de armamento pode ser instalado sobre o terreno, veículos ou acoplado a espingardas. Devido às características inerentes a esta arma, apresenta uma grande versatilidade e flexibilidade no seu emprego, servindo para “bater posições com organização do terreno, fortificações, edifícios, posições de armas colectivas e de atiradores especiais ou ainda tropas agrupadas” (EPI, 2006).

- Armas anti-carro ligeiras. O emprego destas armas visa principalmente a destruição de viaturas ou outras ameaças blindadas, podendo ter manejo individual⁴⁷ ou coletivo⁴⁸.

As tropas de assalto devem estar preparadas e equipadas de acordo com a tarefa a executar, para permitir movimentos rápidos e ágeis. Sendo assim, devem “transportar unicamente o equipamento individual com os dispositivos necessários ao transporte de munições e granadas extra e equipamento específico para o combate em áreas edificadas” (Exército Português, 2011, p. 3.12).

A arma individual que equipa atualmente o Exército Português é a Espingarda Automática G3 7,62mm, fazendo parte da Estrutura Operacional de Material (EOM) das FND na maioria das Missões Internacionais. Esta arma, apesar das suas qualidades, alguns

⁴⁷ “Aqueles que podem ser manejadas com eficiência por um só homem, tirando assim o máximo rendimento da arma” (EPI, 2006, p. 9).

⁴⁸ “As que necessitam de vários homens (uma guarnição), para tirar o máximo rendimento da arma” (EPI, 2006, p. 9).

autores consideram já não ser adequada e atualizada para as características e exigências do combate em áreas urbanas.

O Exército, através do seu processo de reequipamento, tem visto aumentadas as suas capacidades de forma exponencial, fazendo-se sentir em algumas unidades, como é o caso do Centro de Tropas de Operações Especiais, que passou a equipar-se de espingarda de assalto da marca *Heckler & Koch*, a HK416A5. (Warrior , 2015; Machado, 2014).

De acordo com alguns estudos⁴⁹ realizados sobre as características julgadas ideais sobre o armamento ligeiro e munições do soldado, constatou-se que, para combater a ameaça de um modo eficaz, a arma e as munições devem assegurar efeitos precisos e eficazes contra vários tipos de alvos. No CAU o “combate próximo é uma característica predominante”, contudo não se pode descurar a necessidade de “execução de um elevado volume de fogo automático com grande alcance, com vista á supressão ou destruição de alvos” (Exército Português, 2011b, pp. C.3-C4). Nesta lógica, as características das infraestruturas das áreas urbanas, os tipos de tarefas a desempenhar, entre outros fatores, vão influenciar o tipo de armamento e calibre a ser utilizado.

7.2. Equipamento específico

Para além do equipamento individual genérico, para as forças operarem em áreas urbanas pode surgir a necessidade de alguns equipamentos específicos, como discriminado no Quadro nº 13 do Apêndice H.

Através do Plano de Investigação, Desenvolvimento e Inovação do Exército (2015-2016)⁵⁰ em ligação com o Conceito Estratégico de Defesa Nacional emerge uma estratégia que surge da necessidade de articular o investimento público através da Lei de Programação Militar e os “objetivos da Investigação e desenvolvimento tecnológico na área da Defesa, quer em termos nacionais, quer no âmbito da NATO (...) contribuindo para a edificação e sustentação das capacidades militares de Defesa” (Exército Português , 2016, p. 2). As linhas

⁴⁹ Relatório do Programa do Exército dos EUA de 2011, designado: *Soldier Battlefield Effectiveness*.

⁵⁰ Tem como missão: “Promover a Investigação, Desenvolvimento e Inovação no Exército garantindo o seu alinhamento com as capacidades e os objetivos de força do Sistema de Forças, melhorando a operacionalidade do ramo e a cooperação com o Sistema Científico e Tecnológico Nacional, juntamente com o desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa, afirmando o Exército no domínio da Defesa e Segurança Nacional.” (Exército Português , 2016, p. 3).

de investigação preconizadas neste documento permitem definir áreas de investigação e projetos com vista ao desenvolvimento de capacidades militares que abrangem o combate em áreas urbanas. A colaboração com algumas organizações como a *Microsoft*, *New Textiles*, *Tekever e Mothive Limited*, permite o desenvolvimento de projetos envolvendo sensores para combate urbano, vestuário técnico, realidade virtual aumentada, emprego de mini *Unmanned Aerial Vehicle* (UAV) em áreas edificadas, entre outras (Academia Militar, 2016). Um dos projetos que está a ser iniciado é o de Equipamento Individual “*Soldier System*”⁵¹.

⁵¹ “Sistema que permite a troca de dados em tempo real entre os combatentes, a viatura da seção e correspondentes redes de comunicações, focado na proteção do combatente em cenários “three-block-war”. A integração dos vários sistemas do combatente, a possibilidade de visualização automática das nossas forças (Blue-Force-Tracking) e da visualização da força opositora “Red Force”, aumenta exponencialmente o conhecimento situacional do combatente, o que aliado a uma combinação de sensores diurnos e imagens térmicas, aumenta a letalidade de uma unidade.” (Exército Português , 2016, p. 2)

CAPÍTULO 8

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

No presente capítulo são apresentados, analisados e discutidos os dados recolhidos no decorrer do trabalho de campo através das entrevistas⁵² realizadas, dos Relatórios de Aprontamentos e RFM, no intuito de responder às questões derivadas.

7.1. Doutrina

No sentido de se responder à primeira questão derivada, foram analisadas as missões ISAF e KFOR, onde as forças portuguesas atuaram com FND, analisando a doutrina segundo o seu conceito de emprego. Das principais tarefas delineadas nos Relatórios de Aprontamento e tarefas executadas no TO, foram apresentadas as que se enquadravam nas Operações de CAU. Após estudadas as missões do AFG e do Kosovo, pode-se constatar que as principais tarefas desempenhadas pelas FND portuguesas enquadravam-se dentro da tipologia de operações não-artigo 5º da NATO. Relembrando o que foi apresentado no capítulo 4 – Doutrina, as operações de CAU podem ser inseridas num largo espectro operações militares, inclusive nas operações não-artigo 5º. Assim sendo, de todas as TECM⁵³ previstas nos Relatórios de Aprontamento⁵⁴, as que possuem maior interesse para a investigação são as tarefas que se enquadram diretamente no contexto do CAU ou as tarefas que se inserem no ambiente urbano e que são influenciadas pelas suas características inerentes, ou seja a população, terreno físico e infraestruturas.

De acordo com as missões no AFG (QRF/1º Semestre de 2006 e QRF/1º Semestre de 2010), a participação do Exército Português traduzia-se com uma Unidade de Escalão Companhia (UEC) de Atiradores, com a missão de QRF, permitindo a flexibilidade operacional da *Commander of ISAF*. A sua principal tarefa residia no reforço dos *Provincial*

⁵² Ver Apêndice D – Análise das Entrevistas.

⁵³ É possível ver todas as tarefas previstas para as missões no Apêndice F.

⁵⁴ Diretivas do CEME N° 170/07 e 203/08.

Reconstruction Team (PRT) em situações de crise ou quando sujeitos a um pedido das Autoridades Locais. Segundo a Diretiva Nº 203 do Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME), as principais tarefas possíveis de serem desempenhadas seriam as seguintes:

- O controlo de zona (urbana ou não);
- A defesa de ponto ou de zona;
- O controlo de uma estrada (patrulhas e *checkpoint*);
- A segurança de pessoas ou grupo de pessoas;
- A extração/evacuação de pessoas ou grupo de pessoas;
- A reação contra uma ameaça ou tentativa de ameaça;
- A escolta a colunas de viaturas;
- Apoderar-se de um ponto ou de uma zona (urbana ou não);
- A condução de tarefas *Explosive Ordnance Disposal* (EOD)/IED.

Quanto às tarefas executadas, os entrevistados referem as seguintes:

- “Patrulhamentos apeados e motorizados”;
- “Reconhecimentos;
- Defesa de ponto sensível;
- *Search and attack*;
- Escoltas e segurança a VIP⁵⁵ ;
- QRF” (2016)⁵⁶;
- *Force Protection* (1ª Companhia de Comandos [1ªCCmds] /FND, 2006).

De acordo com a missão KTM/KFOR/1º Semestre de 2014, o Exército Português contribuiu com uma Unidade Escalão Batalhão (UEB) de Atiradores, com a missão de reserva tática permanente em Controlo Operacional⁵⁷ do *Commander of Kosovo Force*. O conceito de emprego da KTM implicava capacidades operacionais para ser empege em tarefas específicas de Infantaria em todo o espetro da conflitualidade, no território do Kosovo com vista a dissuadir ou conter qualquer ameaça contra um ambiente seguro ou a liberdade de movimentos. Adicionalmente, o Batalhão estava pronto para apoiar a *European Union*

⁵⁵ *Very Important Person*.

⁵⁶ Ver Apêndice D – Análise das Entrevistas.

⁵⁷ “Autoridade conferida ou delegada num comandante para dirigir forças atribuídas, no desempenho de missões ou tarefas específicas (...). Não inclui a autoridade para utilizar separadamente os elementos que constituem as unidades envolvidas nem, tão pouco, comporta em si o controlo administrativo-logístico” (Exército Português, 2012, p. 3.13).

Force no TO da Bósnia e Herzegovina (1º Batalhão de Infantaria Mecanizado [1BIMec], 2014).

As principais tarefas possíveis de ser desempenhadas seriam as seguintes:

- Colunas e escoltas;
- Patrulhamentos apeados e montados;
- *Checkpoints* e Postos de Observação;
- Operações de Busca e apoio a operações anti-contrabando;
- Operações de Controlo de Tumultos.

De acordo com o RFM e com as entrevistas, as principais tarefas realizadas no âmbito da missão seriam as enumeradas:

- Patrulhamentos apeados e montados;
- Colunas e escoltas;
- Ações de *Close Protection Team* (CPT);
- Ações de Reconhecimento (Venâncio, 2016⁵⁸; 1BIMec, 2014).

Com base nesta informação, é possível verificar que na missão do 1BIMec/KFOR não houve combate direto.

Todas as tarefas expostas enquadram-se no conceito de Operações em ambiente urbano, pois são executadas em áreas geográficas onde existem pessoas, infraestruturas e uma ameaça real inserida no seio da população. As realizações destas tarefas podem não envolver combate com a ameaça, mas caso aconteça, será necessário que as forças estejam preparadas para reagir ao contacto e aplicar procedimentos de CAU.

As operações e tarefas conduzidas pelo 1BIMec no Kosovo integraram-se no âmbito das missões de reserva tática da KFOR. Para tal, o batalhão teve que estar preparado para desempenhar tarefas inerentes às AOP, não deixando de ser considerada a importância das tarefas associadas aos outros tipos de operações. O fator urbano foi um aspeto inseparável em toda a missão, uma vez que praticamente todas as tarefas envolviam a presença de civis e áreas edificadas. Apesar de não ter havido situações que justificasse o emprego do instrumento militar para combate direto, o TOP abordou um leque de tarefas de CAU, estando assim preparada para atuar caso fosse necessário.

Com o acumular da experiência e através da partilha de conhecimentos em grupos de trabalho com outros membros da NATO, as forças militares têm permitido manter a doutrina

⁵⁸ Ver Apêndice D – Análise das Entrevistas.

atualizada. Desta forma a doutrina das Unidades operacionais de Infantaria para condução deste tipo de operações é adequada e satisfaz alguns requisitos operacionais das missões atualmente desempenhadas por Portugal.

7.2. Organização

A partir da análise das missões no âmbito da ISAF e da KFOR, testemunha-se dois escalões de forças diferentes para as FND. No primeiro caso, a FND era constituída por uma UEC de Atiradores, enquanto que a segunda por uma UEB de Atiradores, realçando que esta última incluía uma UEC da Hungria.

Tendo em vista que as missões se enquadravam no leque de OAP no âmbito NATO, as tarefas principais previstas e executadas não visavam estritamente ações de combate armado. No entanto, a força estava estruturada com as capacidades que lhe eram exigidas pela NATO, estando preparada para realizar uma panóplia de tarefas, inclusive a de combater em áreas urbanizadas. Tendo em conta o facto de que as FND não foram empregues diretamente em ações de combate durante o período das missões, a resposta a esta questão terá que se limitar essencialmente ao que foi exposto no Capítulo 5 – Organização. Assim, considera-se que o nosso QO em vigor responde aos requisitos operacionais de organização para operações de CAU. O esquema geral da organização para o CAU num ataque é, portanto, Força de Assalto, Força de Apoio e Força de Reserva. Para a defesa em áreas urbanas, ao escalão Batalhão, as forças podem organizar-se em quatro tipos fundamentais: forças de perímetro; forças de desgaste; pontos fortes e posições de combate; reserva central.

7.3. Treino

7.3.1. Treino Orientado para a Missão QRF/ISAF/1ºSem06

O treino para a missão no AFG teve como princípios influenciadores as características da Operação e da missão a cumprir, a natureza do TO e das forças em Presença, dos tipos de ameaças mais prováveis à FND, bem como o tempo disponível para ser realizado. Seguindo o pressuposto de que a Unidade tinha de estar preparada para executar um leque de tarefas características das OAP e operações no âmbito do art.º 5º do Tratado de Washington, o treino durante o aprontamento versou principalmente as tarefas seguintes: O controlo de zona (urbana ou não); A defesa de ponto ou de zona; A extração/evacuação de pessoas ou grupo

de pessoas; A reação contra uma ameaça; Apoderar-se de um ponto ou de uma zona (urbana ou não); A condução de tarefas EOD/IED (COFT, 2006). Para além destas áreas, existiram programas de treino orientados para a condição física em contexto militar e treino de tiro real.

No que respeita à formação, foram dadas palestras abordando a caracterização do TO do AFG, o terrorismo, a ameaça IED, estágios para os condutores, socorrismo, entre outros temas.

O programa de treino culminou com um Exercício Operacional da Força do tipo *Live Exercise*, onde a 1ªCComd foi avaliada nas tarefas essenciais para o cumprimento da missão, aplicando-se as ROE impostas num cenário com características idênticas ao TO.

7.3.2. Treino Orientado para a Missão KTM/KFOR/1ºSem14

O ambiente operacional onde se inserem as FND acarretam alguns requisitos particulares a considerar num quadro de aprontamento e preparação das forças (1BIMec, 2014). Dentro do aprontamento para a missão do Kosovo KTM/KFOR/1ºSEM14 o Treino Orientado para a Missão (TOM) foi realizado entre 21 de outubro de 2013 a 9 de março de 2013 e foi subdividido em 3 fases: Treino de Operações de Alta Intensidade; Treino Orientado para a Missão propriamente dito; Exercício Final de Aprontamento, conforme exposto no Quadro nº 4. A primeira fase incidiu basicamente no treino de operações militares convencionais ofensivas e defensivas, por esta ordem, iniciando-se desde cedo a aplicação das ROE. O esforço do treino foi exercido sobretudo nos escalões Secção e Pelotão. Esta fase culminou com um exercício que validou a força nas tipologias de operações militares treinadas. Para o CAU destacou-se o treino das tarefas associadas às Operações de cerco e busca: Atuar como cerco; Atuar como busca; Conduzir golpe de mão; Extrair não combatentes; Assalto e Limpeza de AE (1º Batalhão de Infantaria Mecanizado [1BIMec], 2014).

Na segunda fase, que recaía fundamentalmente no treino das tarefas mais expetáveis de serem desempenhadas no TO, foram desenvolvidas uma série de atividades de formação, isto é, palestras, estágios e cursos para os militares do contingente enquadrarem-se com alguns aspetos importantes da missão. Esta fase permitiu o treino específico coletivo direcionado para as particularidades do TO, da ameaça e dos riscos associados. Com base nestes fatores inerentes à missão, foi também validado o planeamento e condução de operações de CAU, ao nível Secção e pelotão. Das TOM, importa referir: Conduzir uma

limpeza de uma AE; Progredir em AE; Assalto a um edifício; Reconhecer um AE e um obstáculo; Estabelecer meios alternativos de C2 em AE; Reagir ao contacto/emboscada; Abrir um obstáculo (1º Batalhão de Infantaria Mecanizado [1BIMec], 2014).

Na última fase, correspondente ao Exercício final do Aprontamento, foi validado o 1BIMec/KFOR no “planeamento, controlo e conduta de operações táticas, no quadro das missões e tarefas passíveis de serem cometidas quando em TO do KOSOVO” (1º Batalhão de Infantaria Mecanizado [1BIMec], 2014, p. 14).

Segundo o Relatório final de Aprontamento, o facto de se ter conduzido treino de CAU, tirando proveito das Infraestruturas da Escola das Armas, bem como dos sistemas de simulação de tiro lá existentes, foi um contributo positivo para a proficiência tática das subunidades no combate urbano.

Quanto às formações, ocorreram alguns estágios, cursos e palestras significativos para o CAU, tal como o estágio de proteção de uma AE, suporte básico de vida e estágio de Cooperação Cívil-Militar. As palestras incidiam maioritariamente em temas como a caracterização do TO, proteção da força, identificação de um IED e proteção e reação contra snipers (1º Batalhão de Infantaria Mecanizado [1BIMec], 2014).

7.3.3. Entrevistas

De acordo com a maioria dos entrevistados, os aprontamentos das forças antes de serem projetadas, passaram pelas infraestruturas de Aldeia de Camões tendo em vista o desenvolvimento das capacidades para o CAE (Venâncio, 2016; Macieira, 2016; Ruivo, 2016; Cancelinha, 2016)⁵⁹. Segundo os entrevistados que participaram na missão da KTM/KFOR, “as condições apresentadas em Mafra, desde material, infraestruturas e formadores, são adequadas à preparação da força” (Macieira, 2016)⁵⁴. Algumas tarefas treinadas foram “limpeza de compartimento ao nível de Equipa de Comandos e Grupo Combate” e “Golpe de Mão com objetivo específico a um edifício” (Cancelinha, 2016)⁵⁴.

O treino destas áreas, para além da óbvia preparação da força, conferiu também ganhos de confiança para o seu emprego no terreno, inclusive em tarefas que envolvam o combate (Abreu, 2016)⁵⁵.

⁵⁹ Ver Apêndice D – Análise das Entrevistas.

A partir do Quadro nº 4⁶⁰ é possível concluir que as respostas dos entrevistados foram unânimes quando questionados acerca da formação e treino no âmbito do CAU durante a fase de aprontamento das FND. Todos eles afirmaram que houve treino nesta área, preconizando a sua qualidade na abordagem e na forma como foi tratada. Com base nestas evidências, é possível afirmar que as forças portuguesas tiveram uma preparação orientada para o CAU durante o treino orientado para a missão.

7.3.4. Limitações

No treino destas operações levantam-se algumas lacunas e necessidades, tais como o desenvolvimento de “uma infraestrutura de treino dedicada que permita o desenvolvimento de Técnicas e Táticas e Procedimentos (TTP) e possibilite o treino de unidades escalão companhia ou mesmo batalhão”, conciliando a interação entre o soldado de infantaria e o emprego de carros de combate (Louro, 2012, p. 50; Carvalho, 2016⁵⁵).

Teixeira (2008) acrescenta mais algumas necessidades ao nível do treino operacional face à complexidade do ambiente urbano: “programas de avaliação táctica; (...) simuladores de tiro - para conduzir e apoiar a avaliação interna das pequenas unidades e Quartéis-generais das Grandes Unidades” (p. 8). Segundo este autor, na atualidade não é devidamente proporcionado às Unidades Operacionais em preparação o “realismo no Treino e cumprimento de critérios que as habilitem a actuar de forma sustentada nos Teatros de Operações pretendidos” (Teixiera, 2008, p. 12).

Quanto aos simuladores, muitos deles “devido à sua longa existência no exército, não respondem às reais necessidades de formação e treino, uma vez que já se encontram bastante obsoletos, não devido ao uso intensivo mas sim ao tipo de tecnologia usada e capacidades operacionais” (EPI, 2009, p. 42). Esta realidade evidencia que um recurso essencial para o treino e formação no Exército não é devidamente explorado e aproveitado.

Ao nível do treino de tiro, observa-se que existem limitações nas infraestruturas específicas, associadas à aplicação de munições reais e explosivos. Segundo Cancelinha (2016) e Carvalho (2016)⁵⁶, não existem carreiras de tiro que possibilitem o treino de tiro para calibres superiores a 7,62mm, bem como para a realização do mesmo em mais que uma direção, de acordo com as normas de segurança. Acrescentam ainda que o Centro de treino

⁶⁰ Ver Apêndice D – Análise das Entrevistas.

de CAE em Mafra apresenta uma estrutura e modelo bastante desigual à realidade de um TO como o AFG.

Outros desafios que se apresentam como denominadores comuns a qualquer unidade e treino operacional são os reduzidos recursos financeiros, a mentalidade adversa à mudança e as lacunas na formação dos militares. Apesar das dificuldades sentidas e das limitações apresentadas, “o Treino Operacional realizado pelas Forças projectáveis para TO no exterior do TN, (...) permite satisfazer os padrões de certificação estabelecidos, porque estão previstas formas de colmatar aquelas deficiências” (Duarte, 2008, p.39).

Todas estas dificuldades sentidas ao nível das infraestruturas de formação e treino de CAU, bem como de outros materiais e tecnologias com eles relacionados, são efetivamente obstáculos ao treino operacional das forças militares em Portugal. Atentando a estas evidências, deve haver um esforço e dedicação permanentes para se contornar tais lacunas.

7.4. Meios

Para responder à questão, as EOM das duas FND são analisadas. Só assim se torna possível perceber o tipo de armamento e equipamento com os quais as forças estavam equipadas e preparadas para o cumprimento das missões.

7.4.1. QRF/ISAF/1ºSem06

Com base na EOM da 1ªCCmds para a missão de QRF/ISAF/1ºSem06, contemplaram-se os seguintes equipamentos:

- Armamento: Espingarda automática G3 7,62mm (com e sem coronha retrátil); Metralhadora ligeira do modelo MG3; Pistola *Walter* 9mm; Pistola metralhadora UZI 9mm; Pistola metralhadora MP5 9mm; Metralhadora pesada *Browning* 12,7mm; Metralhadora ligeira HK-21 7,62mm; Lança-granadas automático 40mm Santa Bárbara; Morteirete 60mm; Canhão sem-recuo *Carl Gustav*; Dispositivo de lançamento tubular míssil guiado TOW⁶¹.

- Equipamento *Crowd and Riot Control* (CRC);

- Material Sapadores;

⁶¹ *Tube Launched Optically Tracked and Wired Command – Link Guided Weapon System.*

- Material de defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica;
- Outros Equipamentos: binóculos (estadeado *Glory, Laser*, de condução); Óculos de proteção; recetor GPS; Sistema, sensor remoto de vigilância do campo de batalha (1ª Companhia de Comandos [1ªCCmds] /FND, 2006).

7.4.2. KTM/KFOR/1ºSem14

Em concordância com EOM do 1BIMec para a missão de KTM/KFOR/1ºSem14, contemplaram-se os seguintes equipamentos:

- Armamento: Espingarda automática G3 7,62mm (com e sem coronha retrátil); Metralhadora ligeira do modelo MG3; Pistola *Walter* 9mm; Metralhadora pesada *Browning* 12,7mm; Metralhadora ligeira HK-21 7,62mm; Dispositivo lança-granadas automático 40mm HK79; Morteiro 81mm; Lança granada *Cougar* 56mm.
- Equipamento CRC;
- Material Sapadores;
- Material de defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica;
- Outros Equipamentos: binóculos (*Glory*, Longo alcance); Aparelhos de visão noturna (AN/PVS-5B; AN/PVS-5C; AN/PVS-7B); Luneta intensificadora de luz p/arma ligeira AN/PVS-4; recetor GPS (1º Batalhão de Infantaria Mecanizado [1BIMec], 2014).

De acordo com o apresentado no Capítulo 7 – Meios, existem equipamentos e meios materiais específicos para algumas tarefas de CAU. Os equipamentos devem satisfazer algumas necessidades da força para determinadas situações. Verificou-se que em ambas as missões as forças dispuseram de meios de comunicação, aparelhos de visão noturna e intensificadores de imagem permitindo a atuação em ambientes de visibilidade reduzida, armamento ligeiro e pesado, armamento anti-carro, kit's de abertura de brecha, equipamento de proteção individual, sistemas de auxilio à navegação e orientação, entre outros.

7.4.3. Entrevistas

Abreu afirma que as Unidades de Infantaria do Exército Português têm uma lacuna ao nível de alguns tipos de equipamento e armamento, não estando inteiramente adequados para as operações em ambiente urbano. Uma das situações que aborda é acerca da arma anti-carro que, para situações de combate dentro de espaços confinados, não apresenta atributos que permitam uma rentabilização da mesma. Adicionalmente, os coletes balísticos também

não se encontram adaptados para o combate, principalmente devido ao facto de que o peso e configuração impedem movimentos rápidos e ágeis (Abre, 2016)⁶².

Segundo Carvalho, o “quadro orgânico não permite que todos os militares tenham uma pistola, embora exista um esforço para garantir uma arma de recurso a cada um”. Para o CAU é útil que as forças disponham de “pistolas, caçadeiras (G3 com HK 79 acoplado), bandoleiras (1, 2 ou 3 pontos), anti-carro, morteiros, bem como outros equipamentos específicos de acordo com os módulos para prever qualquer situação que possa acontecer no TO e saber como reagir” (2016)⁵⁸.

Embora existam algumas limitações ao nível dos meios materiais nas Unidades Operacionais de Infantaria do Exército Português, pode-se deduzir, face ao exposto, que existem meios que permitem o cumprimento das missões, bem como projetos de trabalho a serem desenvolvidos para melhorar as capacidades individuais de um soldado de infantaria. A principal vantagem destas tecnologias é a sua adequabilidade em vários tipos de missões, desde missões humanitárias até situações de combate. Contudo, existem fatores que condicionam a aquisição de novos meios e tecnologias, nomeadamente os constrangimentos económicos que Portugal tem atravessado nos últimos anos.

⁶² Apêndice D – Análise das Entrevistas.

CONCLUSÃO

Com base na análise de dados efetuada no decorrer do trabalho e nas respostas às questões derivadas, será possível responder à questão central do trabalho: **“Como se caracteriza a doutrina, organização, treino e meios das Unidades Operacionais de Infantaria para a condução de operações de CAU?”**

Face às tarefas realizadas pelas FND, à complexidade das missões e ao conceito de emprego das forças nos dois TO, constata-se que as operações de estabilização têm ganho destaque, alcançando o mesmo patamar de importância que as operações ofensivas e defensivas. O CEM reforça essa ideia ao mencionar que “perspetiva-se o abrandamento do ritmo operacional de operações de grande envergadura” (MDN, 2014, p. 3). Esta realidade aponta para um envolvimento do Exército em conflitos onde o instrumento militar é empregue para se atingir um ambiente de estabilidade e paz. Contudo, devido à natureza imprevisível dos recentes conflitos e às características do atual e futuro ambiente operacional, uma operação de estabilização pode converter-se rapidamente numa missão de combate com carácter ofensivo ou defensivo. Podemos verificar que quanto à Doutrina esta encontra-se atualizada e adequada, tendo em conta a atuação das forças portuguesas no contexto das Missões Internacionais. Assim, os princípios que orientam as operações ofensivas, defensivas e de estabilização mantêm-se idênticos nas operações em ambiente urbano, embora sujeitos a adaptações dependendo das características do ambiente operacional. Contudo como ambiente operacional está em constante evolução é fundamental que o Exército arranje mecanismos para acompanhar as mudanças e evoluir a sua doutrina, contribuindo assim para o sucesso das Operações.

Quanto à Organização para combate, as Unidades Operacionais não possuem uma estrutura rígida e específica para conduzir operações de CAU. Segundo a análise de duas Missões Internacionais enquadradas pela NATO, pode-se afirmar que as FND portuguesas têm respeitado a tónica no emprego modular e flexível tal como está previsto no CEM e esta lógica tem se mostrado adequada para as forças que conduzem operações em Ambiente Urbano. Todavia, as referências doutrinárias têm previsto que para cada tarefa, a força deverá reorganizar-se internamente para a situação que irá defrontar, estudando-a total e exaustivamente.

A complexidade e as exigências das operações de CAU requerem uma total compreensão do contexto da missão e das características do ambiente operacional, devendo estar presentes unidades com um treino específico, equipamento adequado e experiência em combate. É neste panorama que é importante o Exército manter elevados níveis de desempenho, através de um esforço contínuo no treino das suas unidades operacionais, integrando o treino de tarefas de CAU.

Com base no estudo das missões QRF/ISAF/1ºSem06 e KTM/KFOR/1ºSem14, é possível concluir que as forças se têm mantido preparadas para atuar dentro do largo conjunto de tarefas que podem ser cumpridas nos respetivos TO, não deixando de lado o treino de tarefas convencionais e outras áreas que contribuem eficazmente para o aumento do rendimento do soldado no CAU. Os treinos dos aprontamentos basearam-se na coerente evolução do individual para o coletivo, e do simples para o complexo. Ambos os aprontamentos finalizaram com um exercício de treino completo, onde a força executou as principais atividades e tarefas possíveis de serem cumpridas no TO, com o rigor das ROE. Adicionalmente, as infraestruturas e os equipamentos vocacionados para o treino e formação de CAU tiveram os atributos suficientes e adequadas para as tarefas que foram desenroladas no cumprimento das missões.

Por último, os meios materiais que as Unidades de Infantaria dispõem para as operações de CAU, não correspondem totalmente às exigências do mesmo. Estas lacunas estão também, obviamente, associadas a fatores incontroláveis, como o estrangimento financeiro que tem acompanhado Portugal nos últimos tempos. O Exército, no entanto, tem estabelecido parcerias com outras organizações, com o objetivo de otimizar as tecnologias e equipamentos militares, permitindo evoluir as capacidades individuais do soldado ao nível da letalidade, sustentabilidade, proteção, C4I e mobilidade.

A crise financeira presente em Portugal influencia grandemente o investimento nos vários pilares fundamentais de inovação tecnológica e material do Exército. Algumas dificuldades manifestam-se na criação de infraestruturas de treino e na aquisição de novos equipamentos e armamento. Não obstante, e tal como referido, esta razão não deve impedir o desenvolvimento do Exército Português como Força, mas sim ser encarada como uma oportunidade para explorar novas e diferentes perspetivas de crescimento.

No decurso desta fase da investigação, verificaram-se algumas limitações. A primeira prende-se com a dificuldade na obtenção de acesso a informação relativa à temática em estudo. Como seria de esperar, muitos dos documentos que contêm informação fundamental para o desenvolvimento da pesquisa contêm classificações de segurança que impedem o seu

acesso. Também nas entrevistas se verificou esta dificuldade, uma vez que os militares não podem revelar algumas matérias classificadas.

Outra limitação prende-se com a reduzida representatividade da amostra dos entrevistados, ou seja, dos oficiais que possuíam as condições necessárias para fazer parte do grupo de inquiridos como amostra populacional.

Como recomendações, é importante referir que é importante para o Exército manter a participação em grupos de trabalhos multinacionais, a frequência de militares em cursos ou estágios internacionais especializados na área do CAU e manter um processo de Lições aprendidas em coordenação com a componente Operacional. Quanto ao Treino é necessário que se concluam os projetos já em desenvolvimento para certificar as infraestruturas de treino e formação em Mafra e possuir os requisitos estabelecidos pela NATO para um Centro de Excelência no CAU. Por último, no que toca aos Meios materiais, é essencial que o Exército continue a investir na investigação e desenvolvimento de projetos com a finalidade de promover alguns equipamentos ou tecnologias que melhorem as capacidades individuais do combatente.

REFERÊNCIAS

- 1ª Companhia de Comandos [1ªCCmds]/FND. (2006). *Relatório de Fim de Missão da QRF / FND / ISAF (1.º Semestre de 2006)*. Carregueira: Exército Português.
- 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado [1BIMec]. (2012). *A Certificação do AgrMec/NRF 12 - Reflexões e Lições Aprendidas*. Exército Português.
- 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado [1BIMec]. (2014). *Relatório Final de Missão do do 1BIMec/KFOR*. Santa Margarida: Exército Português.
- 8º Contingente Nacional. (2014). International Security Assistance Force - Portugal
- 12 anos de Participação na ISAF.
- Antunes, C., Monteiro, C., Teixeira, B., Basto, J., Garcia, P., & Santos, M. (23 de abril de 2004). *Contributos para o Emprego do Batalhão de Infantaria na luta Contra-subversiva actual*. Acedido a 10 de maio de 2016, de Jornal de Defesa e Relações Internacionais:http://database.jornaldefesa.pt/doutrina_e_conceitos/Contributos%20para%20o%20Emprego%20do%20Batalhão%20de%20Infantaria%20na%20Luta%20Contra%20Subversiva%20Actual.pdf
- Appolinário, F. (2004). *Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas.
- Barañano, A. M. (2004). *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão* (1ª Edição ed.). (M. Robalo, Ed.) Lisboa: Edições Sílabo.
- Brigada Mecanizada. (2013). *Jornadas de Infantaria - O Apoio de Combate nas unidades escalão Batalhão de Infantaria Mecanizado: Possíveis tendências de evolução*. Ministério da Defesa Nacional, Exército Português.
- CACI International Inc. (2008). *Dealing With Today's Asymmetric Threat Asymmetric Threat*. Arlington: CACI International Inc.
- Carvalho, J. E. (2009). *Metodologia do Trabalho Científico. «Saber-Fazer» da investigação para dissertações e teses* (2ª Edição ed.). Lisboa: Escolar Editora.
- Central Intelligence Agency [CIA]. (2013). *Guide to Country Profiles*. Acedido a 26 de abril de 2016, de The World Factbook - CIA:
<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/docs/profileguide.html>

- Centro Regional de Informação das Nações Unidas [UNRIC]. (22 de setembro de 2008). *Afeganistão: Conselho de Segurança prolonga por mais um ano mandato da ISAF*. Acedido a 14 de abril de 2016, de UNRIC - Home:
<http://www.unric.org/pt/actualidade/19503>
- Centro Regional de Informação das Nações Unidas[UNRIC]. (13 de junho de 2010). *Relatório das Nações Unidas estima que a população mundial alcance os 9,6 mil milhões em 2050*. Acedido a 20 de abril de 2016, de UNRIC - Home:
<http://www.unric.org/pt/actualidade/31160-relatorio-das-nacoes-unidas-estimaque-a-populacao-mundial-alcance-os-96-mil-milhoes-em-2050->
- COFT. (2006). *Directiva N.º 203/CEME/05*. Aprontamento da FND/ISAF - 1º SEMESTRE de 2006. Oeiras: Exército Português .
- Duarte, E. O. (2008). *A actividade do Sistema de Instrução orientada para a operacionalização da FOPE* . Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Escola Prática de Infantaria [EPI]. (2006). *Manual de Armamento Ligeiro*. Mafra.
- Escola Prática de Infantaria [EPI]. (dezembro de 2009). Requisitos Operacionais e Técnicos de Simulação para os Sistemas de Combate de Infantaria aos Baixos Escalões Táticos (Companhia, Pelotão e Secção). *Azimute - Revista Militar da Infantaria EPI* , pp. 44-49.
- Estado-Maior do Exército [EME]. (2005). *Regulamento de Campanha - Operações*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército [EME]. (2010). *Missões no Exterior/Afeganistão*. Acedido a 14 de abril de 2016, de Exército Português:
<http://www.exercito.pt/sites/FNDAfeganistao/Historial/Paginas/default.aspx>
- Estado-Maior do Exército [EME]. (2011). *Plano de Implementação de Capacidade Centro de Excelência de Combate em Áreas Edificadas*."Exército Português.
- Estado-Maior-General das Forças Armadas [EMGFA]. (s.d.). *Press Kit da FND Afeganistão*. Acedido a 14 de abril de 2016, de EMGFA:
http://www.emgfa.pt/useruploads/files/presskit_isaf_-_afeganistao_julho_11.pdf
- Exército Português. (2011a). *Manual Escolar 3 – 07 – 16 Planeamento e Execução de Situational Training Exercises em Combate em Áreas Edificadas* . Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Exército Português. (2011b). *Publicação Doutrinária do Exército 3-07-14 - Manual de Combate em Áreas Edificadas*. Lisboa.

- Exército Português. (2011c). *Publicação Doutrinária do Exército 3-65-00 Operações de Apoio à Paz*. Lisboa.
- Exército Português. (2012). *Publicação Doutrinária do Exército 3-00 - Operações*. Ministério da Defesa Nacional. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Exército Português. (2015). *Publicação Doutrinária do Exército [PDE] 3-01-00 Tática das Operações de Combate (Vol. I)*. Lisboa, Portugal.
- Exército Português. (2015). *Relatório de Gestão 2014*. Exército Português, Ministério da Defesa Nacional, Lisboa.
- Exército Português. (2016). *Plano de Investigação, Desenvolvimento e Inovação do Exército (2015-2016)*. Exército Português, Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação da Academia Militar, Lisboa.
- Exército Português. (s/d). *FND/ISAF*. Acedido a 27 de abril de 2016, de Exército Português: <http://www.exercito.pt/sites/FNDAfeganistao/Paginas/default.aspx>
- Exército Português. (s/d). *FND/KFOR*. Acedido a 27 de abril de 2016, de Exército Português: <http://www.exercito.pt/sites/FNDKosovo/Paginas/default.aspx>
- Exército Português. (s/d). *Unidades/Escola Prática de Infantaria/Formações*. Acedido a 2 de maio de 2016, de Exército Português: <http://www.exercito.pt/sites/EPI/Formacao/Paginas/773.aspx>
- Exército Português. *Direção de Infraestruturas/Visão e Missão*. Acedido a 10 de maio de 2014, de Exército Português: http://www.exercito.pt/sites/DIE/Paginas/Visao_e_Missao.aspx
- Exército Português. *Direção de Doutrina*. Acedido a 14 de maio de 2016, de Exército Português: http://www.exercito.pt/sites/DD/Paginas/Visao_e_Missao.aspx
- Exército Português. *Unidades/Estabelecimentos de Ensino*. Acedido a 10 de maio de 2016, de Exército Português: <http://www.exercito.pt/sites/EPI/Infra-Estruturas/Paginas/2.aspx>
- Freixo, M. J. (2011). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas* (3ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (5ª ed.). São Paulo: Atlas S.A.
- Headquarters United States Marine Corps. (1998). *Marine Corps Warfighting Publication (MCWP) 3-35.3 - Military Operations on Urbanized Terrain (MOUT)*. Washignton: Department of the Navy.

- Headquarters, Department of the Army . (2011). *Army Tactics, Techniques, and Procedures No. 3-06.11 (ATTP 3-06.11) - Combined Arms Operations in Urban Terrain*. Department of the Army , Washington, D.C.
- Headquarters, Department of the Army. (2006). *Field Manual No. 3-06 - Urban Operations*. Washington, DC.
- Instituto da Defesa Nacional [IDN]. (2004). Forças armadas e Sociedade - continuidade e mudança. *Nação Defesa* , 89-113.
- Instituto de Estudos Superiores Militares [IESM]. (2006). *ME 20-77-06 - Operações de Resposta a Crises*. Ministério da Defesa Nacional, Estado-Maior General das Forças Armadas, Lisboa.
- Instituto de Estudos Superiores Militares [IESM]. (2010). *ME-20-81-00 Operações*. Pedrouços: IESM.
- Instituto de Estudos Superiores Militares [IESM]. (2014). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Ministério da Defesa Nacional , Estado-Maior General das Forças Armadas , Lisboa.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (1983). *Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas S.A.
- Louro, J. (agosto de 2012). O Centro de Excelência de Combate em Áreas Edificadas ao Serviço da Formação do Exército. *Azimute* , pp. 50-53.
- Medronho, J. P. (2013). *Contributos para a implementação de um Centro de Excelência de Combate em Áreas Edificadas (CdECAE) como modelo de formação e treino no Exército Português*. Academia Militar. Lisboa: Direção de Ensino da Academia Militar .
- Miguel Machado. (25 de outubro de 2014). *Novas armas e miras ópticas apresentadas em Portugal*. Acedido a 29 de maio de 2016, de Operacional: <http://www.operacional.pt/novas-armas-e-miras-opticas-apresentadas-em-portugal/>
- Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (2005). *Regulamento de Campanha - Operações*. Lisboa.
- Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (2014). *Conceito Estratégico Militar [CEM]*. Lisboa.
- Ministry of Defence. (2014). *Strategic Trends Programme - Future Operating Environment 2035*. Ministry of Defence United Kingdom, Development, Concepts and Doctrine Centre, London.

- North Atlantic Treaty Organization [NATO]. (2010). *Allied Joint Doctrine for Non-Article 5 Crisis Response Operations*. Brussels.
- North Atlantic Treaty Organization [NATO]. (2014). *Allied Training Publication ATrainP-3 - Education and Training for Urban Operations Manual* (A ed.). Brussels: NATO Standardization Office.
- North Atlantic Treaty Organization [NATO]. (2015). *Allied Administrative Publication-06 - NATO Glossary of Terms and Definitions*. Brussels: NATO Standardization Office.
- North Atlantic Treaty Organization [NATO]. (2016a). *Allied Tactical Publication - 99 Urban Tactics*. Brussels: North Standardization Office.
- North Atlantic Treaty Organization [NATOb]. (2016). *NATO URBANISATION CONCEPTUAL STUDY*. s/d.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2014). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2014 Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência*. Organização das Nações Unidas . Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Quivy , R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ramalho, J. P. (2009). O Aprontamento e Sustentação das Forças do Exército nas Missões Internacionais da NATO. (A. J. Telo, Ed.) *Nação e Defesa* , 63-80.
- Research and Technology Organisation (RTO). (2010). *Urban Combat Advanced Training Technology*. North Atlantic Treaty Organization, The Research and Technology Agency, Neuilly-sur-Seine.
- Romão, A. P. (2002). *Treino Operacional e Modelo de Formação Contínua do Exército*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Romão, P. (2015). *Simuladores de treino de Combate em Áreas Edificadas (CAE)*. Academia Militar. Lisboa: Academia Militar. Direção de Ensino.
- Santos, J., Ribeiro, B., Viveiros, J., Almeida, N., Bento, J., Fernandes, P., et al. (dezembro de 2009). Requisitos Operacionais e Técnicos de Simulação para os Sistemas de Combate de Infantaria aos Baixos Escalões Tácticos (Companhia, Pelotão e Secção)1. *Azimuth* , 41-49.
- Silva, A. e. (2014). Urban Operations NATO Training Group Task Group. *Armas Combinadas - Revista Militar da Escola das Armas* , pp. 80-87.

- Silva, A. M. (2003). *O Exército no Combate em Áreas Edificadas. Que capacidades?* Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Soriano, R. R. (2004). *Manual de pesquisa social*. (Vozes, Ed.) Petrópolis.
- Teixeira, P. M. (23 de outubro de 2012). *O Desafio da Defesa e Segurança em 2030*. Acedido a 18 de abril de 2016, de Operacional: <http://www.operacional.pt/o-desafio-da-defesa-e-seguranca-em-2030-i/>
- Teixeira, P. M. (dezembro de 2008). *Na procura do alvo: A Utilidade da Força*. Acedido a 28 de abril de 2016, de Revista Militar : http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=355
- The Joint Chiefs of Staff. (2011). *Joint Publication 1-02 - Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*. Washington, DC: US Department of Defense.
- United Nations. (2014). *World Urbanization Prospects The 2014 Revision*. Department of Economic and Social Affairs. New York: United Nations.
- Vaz, N. M. (2004). Reflexões sobre o Campo de Batalha no Século XXI. *Nação e Defesa* (N.º 107 - 2.ª Série), 89-113.
- Warrior . (outubro de 2015). Acedido a 10 de maio de 2016, de The Way of the Warrior(s) : <http://warriors.pt/wp-content/uploads/2015/10/Revista-Warriors-nº11-HK-416.pdf>
- Wielhouwer, P. (2004). Preparing for Future Joint Urban Operations: The Role of Simulations and the Urban Resolve Experiment. *Small Wars Journal* .
- Silva, A. e. (2014). Urban Operations NATO Training Group Task Group. *Armas Combinadas - Revista Militar da Escola das Armas* , pp. 80-87.

Fontes de Repartição de Organização do Estado-Maior do Exército:

- QO 24.0.01 – 29 de junho de 2009;
- QO 24.0.02 – 29 de junho de 2009;
- QO 24.0.11 – 5 de agosto de 2009;
- QO 24.0.12 – 5 de agosto de 2009;
- QO 24.0.21 – 3 de dezembro de 2009;
- QO 24.0.23 – 3 de dezembro de 2009;
- QO 24.0.40 – 13 de agosto de 2009;
- QO 24.0.31 – 13 de agosto de 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ESQUEMA GERAL DA INVESTIGAÇÃO

QC	Como se caracteriza a doutrina, organização, treino e meios das Unidades Operacionais de Infantaria para a condução de operações de CAU?		
QUESTÕES DERIVADAS	ESTRUTURA DO TRABALHO		CAPÍTULOS
	OPERAÇÕES EM AMBIENTE URBANO	Revisão de Literatura	Capítulo 2 Operações em Ambiente Urbano
QD1 Como se caracteriza a doutrina das Unidades Operacionais de Infantaria para a condução de operações de CAU?	DOCTRINA	Conceito de Emprego [Ofensivas Defensivas Estabilização Transição	Capítulo 3 Doutrina
QD2 Como se caracteriza a organização das Unidades Operacionais de Infantaria para a condução de operações de CAU?	ORGANIZAÇÃO	Organização para Combate [Ofensiva Defensiva	Capítulo 5 Organização
QD3 Como se caracteriza o treino das Unidades Operacionais de Infantaria para a condução de operações de CAU?	TREINO	Treino Orientado para Missão [Formação Exercícios Infraestruturas de treino	Capítulo 6 Treino
QD4 Como se caracterizam os meios materiais das Unidades Operacionais de Infantaria para a condução de operações de CAU?	MEIOS	Meios Materiais [Armamento Equipamento específico	Capítulo 7 Meios
ESTUDO DE CASO DRF/ISAF/1º SEM 06 e KTM/KFOR/1º SEM 14			

Figura nº 3 - Esquema geral da investigação.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE B - GUIÃO DE ENTREVISTA**Autor: Aspirante de Infantaria Yuri Correia Lourenço****Orientador: Major Inf Rui Moura**

A presente entrevista enquadra-se no âmbito da realização de um Trabalho de Investigação Aplicada decorrente do Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria e cujo tema é “Tridimensionalidade do Campo de Batalha”. É objetivo desta entrevista recolher dados sobre a sua visão pessoal e profissional acerca da missão que desempenhou, dando foco à temática das operações de Combate em Ambiente Urbano (CAU). O guião que se apresenta tem como finalidade fornecer informações essenciais para responder às diferentes questões a que nos propomos, bem como elucidar acerca do tema em análise.

Desta forma, solicito a V. Ex.^a que me conceda esta entrevista como forma de valorizar o presente trabalho.

Grato pela sua colaboração,

Atenciosamente

Yuri Correia Lourenço

Aspirante a Oficial de Infantaria

Nome (entrevistado): _____

Arma/Serviço: _____ Posto: _____ Função atual: _____

Missão: _____

Função desempenhada no TO: _____

Guião de Entrevista

1ª Questão: Onde foi realizado o aprontamento para a missão?

2ª Questão: Quais foram as principais características do ambiente operacional do respetivo TO?

3ª Questão: O atual ambiente operacional obriga a uma crescente preocupação perante algumas ameaças, que se manifestam especialmente no seio da população. Quais foram as principais ameaças presentes no TO?

4ª Questão: A formação e o treino que foi proporcionado aos militares do contingente nacional, durante a fase de aprontamento, abordou a temática do CAU? Pode fundamentar a sua resposta?

5ª Questão: Se respondeu que sim à questão anterior, considera que esta matéria foi convenientemente abordada/treinada para uma devida preparação da força? Pode fundamentar a sua resposta?

6ª Questão: Em termos de material e infraestruturas relacionadas com as operações de CAU, considera que eram adequadas às exigências da missão do TO, tendo em vista a preparação da força? Pode fundamentar a sua resposta?

7ª Questão: Que tarefas foram desempenhadas no TO, no contexto da missão?

8ª Questão: Durante o período de missão, em alguma situação foi necessário pôr em prática a formação/treino de CAU? Se sim, descreva.

9ª Questão: Quais as principais lições identificadas no decorrer da missão, no âmbito do CAU?

GDH da entrevista: _____

Local da entrevista: _____

Material utilizado: _____

Entrevistado	Entrevistador
<p>_____</p> <p>_____</p>	<p>_____</p> <p>_____</p>

APÊNDICE C – CARACTERÍSTICAS DO AMBIENTE OPERACIONAL URBANO

De acordo com o Relatório⁶³ das Nações Unidas, estima-se que atualmente a população mundial ronda os 7,2 mil milhões e está projetada para crescer cerca de 1 milhão nos próximos 12 anos e alcançar aproximadamente 9,6 mil milhões em 2050. Da população mundial, 54 por cento vive em áreas urbanas e a percentagem tende a aumentar para 66 por cento até 2050 (United Nations, 2014).

As projeções revelam que a urbanização associada ao crescimento populacional na Ásia e na África é mais rápida, podendo inserir mais 2,5 mil milhões de pessoas em áreas urbanas e atingir uma percentagem de urbanização de 64 por cento até o ano de 2050 tal como mostra a Figura nº4 (Centro Regional de Informação das Nações Unidas, 2010).

Este crescimento populacional terá influências diretas no desenvolvimento das áreas urbanas, as quais irão apresentar um crescimento contínuo em termos de dimensão e complexidade, com variados tipos de infraestruturas, padrões e redes de distribuição (Exército Português, 2011b).

Em suma, muitas investigações e estudos permitem prever que o crescimento da população mundial e a sua conseqüente urbanização são uma realidade, e como tal, terão implicações relevantes para os conflitos no futuro. As forças militares, terão que olhar para o ambiente urbano como o cenário mais provável de atuação, e como este ambiente se encontra em constante evolução, a adaptação das forças será um fator a não descorar (NATO, 2016).

No entanto, devido à rápida taxa de urbanização, muitas regiões são suscetíveis de se tornar em cidades falhadas, podendo causar problemas ao nível da segurança. Alguns exemplos de implicações que podem resultar desta rápida taxa de urbanização, é o aumento da competição por recursos escassos, especialmente em áreas urbanas onde o controlo governamental e o número de instituições de apoio são reduzidas (Ministry of Defence , 2014). “A desigualdade no acesso a recursos e resultados coincidentes com diferenças culturais podem servir de motor a uma variedade de convulsões e agitação de ordem política”

⁶³ “A Projeção da População Mundial”: Revisão de 2012 e “Perspectivas da Urbanização Mundial” (*World Urbanization Prospects*) produzida pela Divisão das Nações Unidas para a População do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais.

(United Nations, 2014, p. 80). Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2014, existe maior probabilidade de conflito violento quando as desigualdades socioeconómicas e políticas se intensificam, bem como quando o desenvolvimento é mais fraco e a polarização religiosa é maior. Os surtos de violência local, os ataques de grupos terroristas, os conflitos entre grupos étnicos, os protestos, as manifestações e muitos outros exemplos de violência, ameaçam o funcionamento adequado dos governos, destruindo a sua credibilidade e legitimidade e contribuindo para a sua instabilidade. Enfrentar estes adversários, ocorrerão predominantemente em ambientes urbanos, onde a população não-combatente sofre com os efeitos colaterais (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2014). Estes problemas tanto afetarão os países em desenvolvimento, como destaca o RDH⁶⁴ de 2012 como também os países desenvolvidos, mas os seus efeitos serão mais acentuados nos primeiros, uma vez que não possuem capacidades ou recursos para mitigá-los com tanto sucesso como os países desenvolvidos. Em qualquer destas situações, a envolvimento das forças militares na prestação de apoio às Organizações não-governamentais, será cada vez mais frequente (Ministry of Defence, 2014).

Existe também uma tendência para a população urbana se desenvolver em zonas próximas do litoral. Com base em estudos efetuados pela NATO, 80 por cento da população global atualmente vive num raio de cem quilómetros de zonas costeiras. Apesar das alterações climáticas e dos seus efeitos associados se continuarem a intensificar, sobretudo em zonas de litoral, o seu valor comercial e a população residente não tendem a diminuir. Consequentemente, há uma crescente probabilidade de ocorrência de operações militares nas zonas litorais (North Atlantic Treaty Organization [NATO], 2016).

Quando se caracteriza o ambiente urbano, não podemos esquecer de mencionar a evolução tecnológica e as suas implicações, pois este é dos principais impulsionadores da mudança, devido à sua taxa de avanço e acessibilidade. Uma abordagem do autor Nuno Mira Vaz, sugere que a tecnologia é suscetível de proporcionar fontes de tensão no futuro, principalmente quando associada à “crescente vulnerabilidade das sociedades liberais às ações terroristas” e na “gestão da informação de campo de batalha”, o que se poderá traduzir em repercussões ao nível das operações militares (2004, p. 91).

⁶⁴Como destaca o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2012, os riscos associados às alterações climáticas afetam mais os pobres e as comunidades pobres: 98 por cento das pessoas que morreram ou foram afetadas por catástrofes naturais pertencem a países em desenvolvimento. Em 2025, estima-se que mais de metade das pessoas dos países em desenvolvimento poderão ser vulneráveis a inundações e tempestades. Acedido a 20 de abril de 2016 em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf.

Estes problemas que muitas vezes não estão ligados diretamente à origem dos conflitos, mas que na maioria das vezes são catalisadores, não tendem a desaparecer, e por isso, devem ser lidados com seriedade. Pesquisas baseadas nestes dados estatísticos, apontam para o aumento da percentagem de conflitos armados nas áreas urbanas principalmente contra ameaças não-estatais (NATO, 2016).

Segundo uma análise feita por Brito Teixeira ao livro “*Utility of the Force*”⁶⁵, pode-se assumir que na atualidade, e tendencialmente no futuro, “o ambiente operacional é essencialmente urbano e que os conflitos e confrontos se concretizam tendo como denominador comum a população (...) e não num campo de batalha isolado dos grandes centros populacionais” (2008).

A natureza complexa e a combinação das dificuldades associadas a estes ambientes influenciam as operações militares de uma forma muito particular, em comparação com outros tipos de ambientes. Esta relação é bem visível a partir da Figura nº 4. Acompanhando estas tendências mundiais, a NATO e as forças militares dos diferentes países terão que se adaptar à nova realidade das operações militares, procurando aperfeiçoar as suas capacidades de forma a melhor responder às necessidades globais.

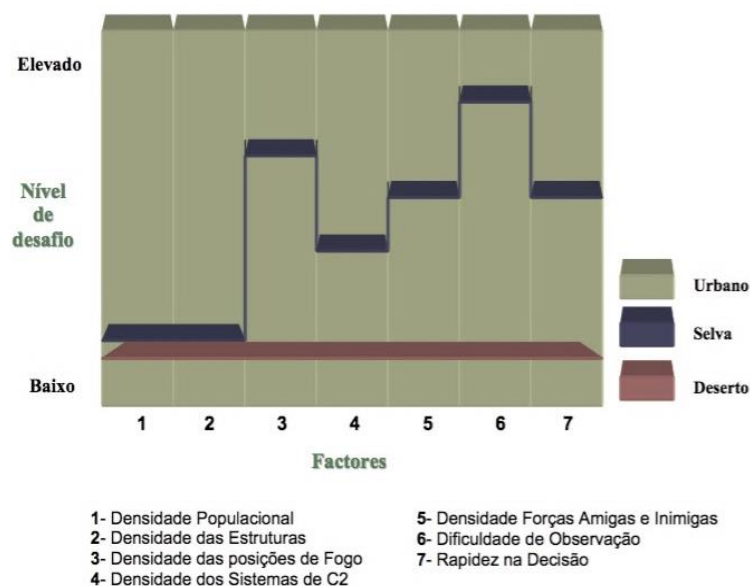


Figura nº 4 - Nível de desafio entre ambiente urbano versus outros ambientes.

Fonte: (Silva A. M., 2003, p. C/1).

⁶⁵“*The Utility of Force: The Art of War in the Modern World*” do General Britânico Sir Rupert Smith.

APÊNDICE D – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Entrevistados	2ª Questão: Quais foram as principais características do ambiente operacional do respetivo TO?
1	“O ambiente operacional do Kosovo é um ambiente que, de certa forma, está bastante estável mas que apresenta um carácter de volatilidade, isto é existem alguns conflitos latentes na sociedade [...] Não sendo um país particularmente grande, não tem cidades com uma dimensão equivalente a uma capital europeia, mas sim cidades de média dimensão, com cerca de 100 a 200 mil habitantes, e também várias cidades mais pequenas. De uma forma geral, onde nós operámos foi em Pristina, [...] e em Mitrovica [...] ambos caracterizados por um ambiente essencialmente urbano, rodeados pela população.”
2	“A nossa principal preocupação versava mais o estudo da área de operações no sentido mais étnico e não propriamente do terreno, ou seja, relacionado mais com a população e como esta se desenvolvia, distúrbios que se criavam fruto de diferentes etnias e religiões. Basicamente, este ambiente era caracterizado por alguns confrontos étnicos, manifestações, cortes de estradas e os nossos esforços convergiam para manter um ambiente seguro e estável e garantir a liberdade de movimentos.”
3	“Ambos os ambientes operacionais do Kosovo e AFG apresentam grandes amplitudes térmicas. Antes da força ser projetada para o Kosovo, teve que fazer um estudo da área, sendo esta área eminentemente urbana [...] No TO do Kosovo era evidente a componente tridimensional do campo de batalha, incluindo zonas subterrâneas. No TO do AFG, a realidade passava-se em Cabul, que, em termos de condições sanitárias, deixa muito a desejar.”
4	“O ambiente operacional do Kosovo é um ambiente estável, mas volátil. É um ambiente permissivo, no entanto há uma série de fatores que, à mais pequena alteração, são ignidores de problemas [...] No Kosovo, o quadro legal e as regras de emprenhamento não são muito claros, precisos e concretos.”
5	“Cabul é a capital do AFG onde vivem cerca de 3,5 milhões de pessoas, uma grande área edificada com padrões asiáticos. As áreas edificadas são bons locais para que a ameaça se possa misturar no meio da população e estabelecer pontos seguros para poder atuar.”
6	O terreno era agreste, desértico, temperaturas extremas de frio e calor; (...) A população era, eu classificaria como antipática.”

Quadro nº 2 - Resumo das respostas à pergunta nº2.

Fonte: Elaboração própria.

Entrevistados	3ª Questão: O atual ambiente operacional obriga a uma crescente preocupação perante algumas ameaças, que se manifestam especialmente no seio da população. Quais foram as principais ameaças presentes no TO?
1	“Talvez seja um pouco incorreta a utilização desse termo, o Kosovo neste momento está bastante estável, relativamente.”
2	“As principais ameaças à força, advinham dos conflitos étnicos que pudessem existir, principalmente na região do Norte do Kosovo. Não era propriamente uma ameaça militar, mas sim a possibilidade de haver confrontos entre as duas facções do país. Quanto a ameaças gerais, o país apresenta uma grande debilidade política, muita corrupção, economia paralela e um desemprego avassalador. Adicionalmente há uma crescente possibilidade de estas regiões balcânicas se tornarem pontos de passagem de terroristas.”
3	“A instabilidade política e o crime organizado no Kosovo resultavam em espionagem, alterações e instabilidade sociais, a partir das quais surgiam ameaças. No AFG, a presença dos Talibã era uma ameaça”.
4	“No Kosovo a principal tarefa da reserva tática era o CRC. [...] a ameaça deste tipo de tumultos toma outras proporções uma vez existir armamento letal no seio do população, com uso não controlado. Há sempre o risco de existir fogo por parte da população em tumultos [...]”
5	“A ameaça atuava fugazmente através de IED nas suas diferentes variantes e flagelações por <i>rockets</i> , armas automáticas e morteiros.” “(...) emboscadas, ameaças internas por pessoal insurgente infiltrado e tumultos.”
6	“As áreas edificadas são bons locais para que a ameaça se possa misturar no meio da população e estabelecer pontos seguros para poder atuar. Tendo consciência que havia insurgentes no meio da população das áreas edificadas onde operamos, nunca foi verificada qualquer atitude hostil perante as nossas forças (portugueses). A preocupação sempre existiu no planeamento das missões e durante a execução das mesmas, por isso estavam devidamente identificadas as contingências que poderiam ocorrer e qual a forma adequada para lhe fazer face.”

Quadro nº 3 - Resumo das respostas à pergunta nº3.

Fonte: Elaboração própria.

Entrevistados	4ª Questão: A formação e o treino que foi proporcionado aos militares do contingente nacional, durante a fase de aprontamento, abordou a temática do CAU? Pode fundamentar a sua resposta? 5ª Questão: Se respondeu que sim à questão anterior, considera que esta matéria foi convenientemente abordada/treinada para uma devida preparação da força? Pode fundamentar a sua resposta?
1	“Este tipo de tarefas não foi o principal foco no programa de treino operacional da companhia, uma vez que a possibilidade de executar uma tarefa de combate em ambiente urbano é muito remota. Contudo, durante o aprontamento houve o treino de algumas tarefas específicas de CAE e outras, que embora não

	<p>fizessem parte das tarefas de combate, inseriam-se necessariamente num ambiente urbano.” “Tendo em conta a missão que nós estávamos a desempenhar no TO e a probabilidade de irmos a ser empregues em tarefas de CAE, as prioridades de treino foram adequadas e suficientes. Portanto pode-se dizer que sim, foi convenientemente treinada.”</p>
2	<p>“O que se pretendeu no aprontamento das FND dos Batalhões de Infantaria era obviamente estarem aptos a cumprir toda a tipologia de missões que têm de cumprir, nomeadamente combate convencional, tarefas táticas de infantaria convencionais, e no caso do Kosovo, tarefas não convencionais de controlo de tumultos. O controlo de tumultos seria a nossa grande missão, e por isso teríamos de convergir todo o aprontamento nesse sentido. De qualquer forma, faz parte também do aprontamento e da nossa certificação da força, estar aptos a cumprir todas estas tarefas de infantaria, onde obviamente está o combate em áreas urbanas. Neste sentido, durante o aprontamento também foi trabalhado essa área, nomeadamente em Mafra. Realizámos um exercício e estivemos na Aldeia de Camões com os instrutores de Mafra, durante uma semana, a ter formação na área de CAE/combate em ambiente urbano. Também em Tancos foi trabalhada algumas áreas, que eles dominam, nomeadamente o teste de confiança à máscara NBQ, e atividades de EOD (...) Tendo em conta (...) a nossa missão principal, sim, foi convenientemente abordada.”</p>
3	<p>“Sim, abordou. É importante que a formação e o treino correspondam à realidade do TO. Ou seja, se haverá a necessidade de fazer uso de anti-carro e morteiros em áreas edificadas, então deverá ser feita a formação e treino adequado ao seu uso em áreas edificadas. É também necessário conciliar a parte tática com a parte técnica da arma. Tem que haver treino de tiro, de forma a garantir a melhor resposta face às situações que possam surgir no TO através do treino de tiro instintivo e tiro em ambiente de trabalho. No entanto, por medidas de segurança este tipo de treino só se conseguiu fazer em pequenos grupos, no máximo uma secção. Adicionalmente, é necessário haver uma preocupação com a atuação dos módulos de apoio, com o sistema de comunicação (sentido interior-exterior, através de marcação por spray, marcação por giz, wolftail ou rádio idealmente). Igualmente importante é o detalhe do planeamento, qual a melhor metodologia a utilizar no TO, fazer estudo detalhado dos edifícios ou povoações. O sucesso de tudo isto baseia-se no treino.”</p>
4	<p>“Durante a fase de aprontamento foram levados a cabo alguns treinos de áreas edificadas. Embora termos treinado algumas tarefas táticas e TTP, não representou o treino com mais importância no aprontamento. De qualquer forma este tipo de treino é um dos focos do treino operacional do batalhão, uma vez que a maior parte das áreas de operações são densamente urbanizadas. Sem dúvida que sim, esta matéria foi convenientemente abordada, tendo em conta as tarefas essenciais para o cumprimento da missão e à possibilidade de sermos empregues em áreas urbanas. O treino operacional desenrolado fora do aprontamento também é importante ser considerado. Quero dizer com isto que o aprontamento por si só não é suficiente para preparar as forças para uma missão como o Kosovo. Os militares têm que ter um background em várias técnicas e táticas, principalmente nas matérias que se relacionam com áreas</p>

	edificadas, pois atualmente, dificilmente se encontra um TO que não seja urbanizado.”
5	Sim abordou. Entre as possibilidades de atuação da QRF, as tarefas de combate e ações específicas de operações no âmbito do artigo 5º não eram totalmente descartadas. Assim foi introduzido no treino algumas TTP de CAE, combinadas com outras tarefas ligadas às OAP. Para o tempo disponível que houve durante o aprontamento e para as tarefas essenciais ao cumprimento da missão posso afirmar que o treino das tarefas CAE foi satisfatório.”
6	<p>“Na missão do 1º semestre de 2007 a Companhia de Comandos realizou operações de <i>search and attack</i>, em áreas edificadas.</p> <p>De acordo com as tarefas que a Companhia poderia ter de realizar a atuação em ambiente urbano (CAE) era inevitável, como tal o treino em áreas edificadas fazia parte do programa de treino.</p> <p>“O treino realizou-se inicialmente em Mafra na “Aldeia de Camões”, depois foi também efetuado em Alcochete, Santa Margarida e Beja. Foram treinadas as tarefas de limpeza de compartimento ao nível de Equipa de Comandos e Grupo Combate; Golpe de Mão com objetivo específico a um edifício; Patrulhamentos apeados e motorizados em áreas edificadas; <i>Search and attack</i>; Escoltas e segurança a VIP; Reconhecimentos em áreas edificadas; Reação a flagelação, a IED e a ataque complexo em área edificada Defesa de Ponto sensível.”</p> <p>“As tarefas consideradas essenciais ao cumprimento da missão, (...) foram treinados e os princípios assimilados, garantindo a preparação necessária e adequada. Por falta de infraestruturas semelhantes às áreas edificadas existentes em Cabul ou no Sul do AFG não foi possível treinar com todo o realismo desejado.</p> <p>Tivemos de adequar, as TTP às áreas edificadas com que nos fomos deparando no TO, aprender a combater com as regras sociais daquele país muçulmano , bem como ao tipo de ameaça aí existente.”</p>

Quadro nº 4 - Resumo das respostas à pergunta nº4 e 5.

Fonte: Elaboração própria.

Entrevistados	6ª Questão: Em termos de material e infraestruturas relacionadas com as operações de CAU, considera que eram adequadas às exigências da missão do TO, tendo em vista a preparação da força? Pode fundamentar a sua resposta?
1	“No Kosovo existe um campo de treino que possui boas condições e infraestruturas para o treino de CAE, inclusivamente possibilita a utilização de viaturas no treino, como por exemplo as viaturas PANDUR e helicópteros. Cá em Portugal, penso que teria sido suficiente a conhecida aldeia de Camões, em Mafra, apesar de não apresentar as condições do campo de treino no Kosovo.”
2	“Para a missão no Kosovo, as condições apresentadas em Mafra, desde material, infraestruturas e formadores, são adequadas à preparação da força.”
3	“A Pandur em ambiente urbano como o Kosovo pouco serve. Não pondo em causas as qualidades desta viatura tática, as suas dimensões enormes não permitem circular em qualquer tipo de rua porque fica automaticamente

	<p>bloqueada. Face a isto, a viatura tática de excelência para um ambiente como este é a M11 Panhard, pois é estreita, extremamente ágil e garante proteção. A viatura 4012 também funciona bem neste TO, tendo em conta a sua finalidade: principalmente de transporte e recolha de pessoal e material.</p> <p>Em termos de infraestruturas, lá no Kosovo existia uma área de treino enorme com muitos edifícios abandonados onde as forças tinham a possibilidade de treinar as TTP de uma forma realista. Isto difere das infraestruturas que temos em Portugal, nomeadamente na Aldeia de Camões em Mafra. A diferença residia principalmente na dimensão da área de treino: a área disponível permitia treino tanto de apeamento como com viaturas.</p> <p>No TO do AFG, tínhamos à disposição as Chevrolet's e Toyota's blindadas, bem como os HMMWV. Estes últimos oferecem uma ótima proteção para o apontador, no entanto por ser uma viatura tão larga criava alguns problemas à circulação em certas zonas edificadas. A nível das comunicações, há uma lacuna a preencher que se relaciona com a necessidade de bons rádios individuais.”</p> <p>A nível de armamento individual, o quadro orgânico não permite que todos os militares tenham uma pistola, embora exista um esforço para garantir uma arma de recurso a cada um. É necessário dotar de armamento capaz de fazer face ao que possa surgir numa área edificada.</p> <p>Neste caso, uma força tem que possuir pistolas, caçadeiras (G3 com HK 79 acoplado), bandoleiras (1, 2 ou 3 pontos), anti-carro, morteiros, bem como outros equipamentos específicos de acordo com os módulos para prever qualquer situação que possa acontecer no TO e saber como reagir.”</p>
4	<p>“O equipamento disponível não está, de todo, adequado às operações em ambiente urbano. Por exemplo, não temos armamento anti-carro que possa ser usado dentro de espaços confinados. Isto é uma limitação, uma vez que não permitem fazer fogo dentro de compartimentos, onde se passa a maior parte do combate em áreas urbanas. Os coletes balísticos também não estão adaptados ao combate, uma vez terem dimensões que não permitem movimentos rápidos e ágeis, muito menos quando o combate se passa em ambientes de dimensões reduzidas, como é o caso do ambiente urbano. Hoje em dia existem equipamentos muito mais funcionais, que não descuram a proteção e segurança.</p> <p>Em termos de infraestruturas há condições para o treino, nomeadamente em Mafra existem áreas específicas para o treino urbano, com formadores competentes (cursados em combate em áreas urbanas).”</p>
5	<p>“Algumas dificuldades sentidas durante o aprontamento versavam essencialmente a referida falta de infraestruturas. Na data, não obstante a EPI dispusesse da “Aldeia Camões”, levava 1 euro por hora para ser utilizada, o que era incomportável para a Unidade, que assim recorreu à Cerâmica de Vale de Lobos, próxima do quartel. No Campo Militar de Santa Margarida o treino limitou-se às infraestruturas existentes, que não foram muitas, nem as mais adequadas. A inexistência de sistemas de simulação, como é o caso do SITPUL, foi também uma vulnerabilidade sentida no treino, pois permitiria rentabilizá-lo grandemente, dando-lhe algum realismo.”</p>

6	<p>“É necessário dispor de infraestruturas de treino que permita a utilização de meios reais munições (de acordo com a tipologia de armento que a força vai/pode utilizar em TO) e explosivos.</p> <p>As áreas edificadas na Europa, são diferentes das existentes em Africa ou na Asia. De acordo com o TO, é necessário dispor de infraestruturas de treino, que permitam às forças treinar o mais próximo com a realidade, com que se vão deparar.</p> <p>As dificuldades prendem-se com a inexistência de infraestruturas preparadas para o treino de TTP com meios reais, nomeadamente munições e explosivos. O treino de tiro obrigou à construção de cenários com recurso a painéis de madeira nas Carreiras de Tiro utilizadas.”</p>
----------	--

Quadro nº 5 - Resumo das respostas à pergunta nº6.

Fonte: Elaboração própria.

Entrevistados	7ª Questão: Que tarefas foram desempenhadas no TO, no contexto da missão?
1	<p>“Foram executadas essencialmente 3 tarefas: patrulhas de presença em Mitrovica; uma operação de vigilância perto do aeroporto de Pristina com o objetivo de garantir presença e dissuadir qualquer ameaça que pudesse existir face às obras de construção de uma base para helicópteros da KFOR; e por último reconhecimentos por todo o país, visto que a KTM deve estar pronta a operar em qualquer ponto do Kosovo.”</p>
2	<p>“As principais tarefas baseavam-se em reconhecimentos diários em todo o TO, patrulhas e treinos combinados com outras forças, nomeadamente cross trainings com outros <i>battle groups</i>. Além disso, tínhamos um estado de prontidão permanente de 4h para a companhia e de 8h para o batalhão pronto a intervir em qualquer zona do Kosovo. Sendo que por vezes estes tempos poderiam ser reduzidos até 1h consoante o estado de necessidade.</p> <p>Neste momento a KTM é a unidade responsável por dar formação de Fire Fobia, reação ao fogo, em todo o TO e a todas as unidades lá presentes.”</p>
3	<p>“No Kosovo controlo de tumultos, ações inseridas em áreas urbanas, apoio a terceiros (escoltas a colunas militares e humanitárias, patrulhas montadas e apeadas), vários exercícios no âmbito do treino operacional. Na última missão, fizemos uma operação conjunta, liderada pela KTM, de cerco e busca.</p> <p>No AFG, fazíamos escoltas e no âmbito da logística havia muitos movimentos administrativos.”</p>
4	<p>“No Kosovo as tarefas centraram-se basicamente em CRC e patrulhamentos, tanto apeado como em viaturas. Pontualmente, fizemos uma operação de cerco e busca com a policia internacional numa aldeia sérvia para capturar criminosos e apreender documentação. Foi necessário isolar a área, apoiar a policia e abandonar a área em segurança. No âmbito desta missão também realizado algumas tarefas de controlo de tumulto. No decorrer da missão fizemos sobretudo operações de presença”.</p>

5	Basicamente <i>force protection</i> às diversas equipas de mentoria que atuavam na área de Cabul e apoio ao pessoal da GNR em Wardak, com alguns transportes de apoio logístico.
6	“As tarefas realizadas foram, patrulhamentos apeados e motorizados; reconhecimentos; defesa de ponto sensível; search and attack ; escoltas e segurança a VIP ; QRF.”

Quadro nº 6 - Resumo das respostas à pergunta nº7.

Fonte: Elaboração própria.

Entrevistados	8ª Questão: Durante o período de missão, em alguma situação foi necessário pôr em prática a formação/treino de CAU? Se sim, descreva.
1	“Não, de facto não foi.”
2	(Não se aplica).
3	“Sim, de acordo com as tarefas já referidas, o treino, a formação e as instruções no âmbito das tarefas realizadas em áreas urbanas foram fundamentais para os elementos da força ganharem mais confiança e terem uma preparação adequada para reagir em qualquer situação.”
4	“Sim, na operação de cerco e busca que referi. Também conduzimos operações preventivas, mas nenhuma justificou o empenhamento”.
5	“Em situação real, não. Não tivemos nenhum contacto pelo fogo que nos obrigasse a executar as TTP treinadas”.
6	<p>“Qualquer movimento era efetuado em área edificada, patrulhamentos/deslocamentos.</p> <p>A <i>Forward Operations Base</i> (FOB) que a Companhia ocupou encontrava-se no meio de uma área edificada, a sua segurança enquadrava-se na defesa se um ponto sensível. Qualquer movimento apeado ou motorizado iniciava-se sempre em área edificada, patrulhamentos/deslocamentos.</p> <p>Não houve qualquer incidente com as nossas forças, mas a preocupação existia sempre no planeamento das missões e durante a execução das mesmas, por isso estavam devidamente identificadas as contingências que poderiam ocorrer e qual a forma adequada para lhe fazer face.</p> <p>Durante o movimento de Kandahar para Kabul a coluna de 22 viaturas da companhia sofreu uma emboscada, cuja zona de morte se encontrava no meio de um pequeno aglomerado de casas. O treino dos militares da companhia, permitiu reagir da melhor forma, contribuindo para que além dos danos materiais numa viatura apenas tivéssemos dois feridos ligeiros.”</p>

Quadro nº 7 - Resumo das respostas à pergunta nº8.

Fonte: Elaboração própria.

Entrevistados	9ª Questão: Quais as principais lições identificadas no decorrer da missão, no âmbito do CAU?
1	Não se aplica.
2	(Não se aplica).
3	<p>“No Kosovo, identificámos uma lacuna ao nível das infraestruturas em Portugal para o treino de operações em ambiente urbano em escalão batalhão e companhia. Adicionalmente, as carreiras de tiro não permitem o tiro com MP Browning e HK 79.</p> <p>No AFG, apercebemo-nos de que no TO não há espaço físico nem temporal para treinos, a força já tem que chegar ao local preparada. Apesar de que cá é muito complicado, com todos os serviços e cerimónias existentes, juntar a força toda com os meios necessários para efetuar o treino. Uma mais valia é a partilha de informação com outras forças acerca de metodologias. Em termos de melhoramento do desempenho, os sistemas de comunicação que a Legião Estrangeira Francesa tinha eram muito superiores. Os SAS possuíam câmaras nos seus capacetes para coletar vídeos a partir dos quais faziam uma reconstrução das circunstâncias em redor.”</p>
4	<p>“As nossas técnicas e procedimentos estão no topo e são muito adequadas. A grande falha está no equipamento disponível. As nossas forças não estão equipadas com armamento escalonado, sobretudo em operações de manutenção de ordem pública e distúrbios. Apenas temos bastão/escudos, gás e armamento ligeiro, isto é, há um grande distanciamento entre o gás e o armamento ligeiro, e não possuindo armas de ar comprimido, balas de borracha, <i>tasers</i> ou canhões de água, temos que fazer uso do que está ao nosso dispor. Em termos de escalonamento de reação à violência há um gap muito grande a preencher. Não temos armas anti-carro para usar dentro de compartimentos, não temos equipamento para arrombar portas, o equipamento de proteção individual (das forças paraquedistas) não é o adequado (colete balístico, colete tático). Em ambiente urbano isto é essencial.”</p>
5	<p>“Os apontadores das Metralhadoras devem possuir também pistola principalmente para bater alvos mortos das primeiras. Durante as patrulhas ou deslocamentos deve haver o cuidado para não estabelecermos uma rotina, pois a ameaça pode estudá-la e tirar proveito disso. Há também a necessidade de dispositivos de GPS para melhorar a navegação dentro das cidades.</p>
6	<p>“A força deve ser equipada com rádios individuais para cada militar, para potenciarmos o comando e controlo, principalmente do tipo <i>hands free</i>.”</p>

Quadro nº 8 - Resumo das respostas à pergunta nº9.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE E – FND EM MISSÕES INTERNACIONAIS NATO

QRF/ISAF - AFG

A missão no TO do AFG surgiu com base no mandato inicial definido pela Resolução 1386 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), em 20 de dezembro de 2001 e através da Conferência de Bonn⁶⁶. De acordo com esta resolução foi criada a Força

Internacional de Apoio à Segurança do AFG (ISAF), que competia “apoiar a manutenção da segurança em KABUL e áreas circundantes, de modo a permitir a actuação das organizações governamentais e não governamentais empenhadas em tarefas de reconstrução e de apoio humanitário no AFG” (Estado-Maior-General das Forças Armadas [EMGFA]). Em agosto de 2003, a pedido das Nações Unidas e do Governo da República Islâmica do AFG, a NATO veio a assumir o comando da ISAF, cujo mandato se veio a estender a todo o território afegão.

Portugal apenas iniciou a sua participação na missão da ISAF entre fevereiro e julho de 2002 onde contribuiu “com uma equipa sanitária, composta por elementos dos três ramos das Forças Armadas”, tendo regressado ao AFG em maio de 2004, já sob o comando da NATO (EME, 2010) . Contudo foi apenas em 2005 que o Exército contribuiu com uma companhia de infantaria que viria a operar como QRF, durante três anos. Em 22 de dezembro de 2008, através da Resolução N° 1833 do CSNU, o mandato da ISAF no AFG foi prolongado por mais um ano, “considerando que a situação no país continua a ameaçar a paz e a segurança internacionais” (Centro Regional de Informação das Nações Unidas [UNRIC], 2008).

Ainda em 2008, ocorre o envio da *Operational Mentor and Liaison Team* (OMLT) de Guarnição, em agosto com o regresso em definitivo da QRF.

O TO do AFG a partir de outubro de 2010, passou a representar um efetivo de 192 militares que envolviam: Equipas de Formadores/Instrutores, a OMLT de Guarnição, a

⁶⁶ Esta conferência decorreu no Afeganistão em dezembro de 2001, onde ficou solicitado um contingente militar para atuar em Cabul, que veio a materializar-se na missão da ISAF. Acedido a 15 de abril de 2016 em <http://oaji.net/articles/2015/2137-1438567735.pdf>.

OMLT da *Kabul Capital Division*, o Módulo de Apoio, a Célula de Informações Militar, o pessoal destacado nos Quartéis-Generais entre outros cargos.

Já em 15 de dezembro de 2010, foi dado parecer favorável pelo Conselho Superior de Defesa Nacional a uma proposta apresentada pelo Governo, referente às novas contribuições para 2011, que envolviam a participação, no âmbito da ISAF, de equipas com elementos dos três ramos das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana “para a formação e treino das unidades das Forças Armadas e Polícia do Afeganistão” (1ª Companhia de Comandos [1ªCCmds] /FND, 2006).

Em abril de 2012 partiu para o TO do AFG o 4º Contingente Nacional, com uma nova orgânica: uma *Military Advising Team* e três equipas de Formadores/Instrutores (8º Contingente Nacional, 2014).

Segundo a Diretiva 203/CEME/05, a estrutura operacional de pessoal e a organização da FND teve os seguintes pressupostos:

- Comando e Secção de Comando, onde se inclui a equipa TACP proveniente da Força Aérea Portuguesa;
- Destacamento de Apoio de Serviços;
- Companhia de Atiradores, que inclui o Comando e Secção de Comando, três Unidades de Escalão Pelotão e uma Secção Anti-carro (COFT, 2006).

KTM/KFOR - Kosovo

A missão no TO do Kosovo iniciou-se em 12 de junho de 1999, derivando do mandato da Organização das Nações Unidas (ONU), que teve por base a Resolução 1244 do seu Conselho de Segurança e do Acordo Técnico-Militar entre a NATO e a República Federal da Jugoslávia e da Sérvia. Esta resolução determinava o plano de paz para o Kosovo e a autorização para a projeção de uma força militar multinacional para o TO do Kosovo com a designação de Kosovo Force, responsável por estabelecer e manter um ambiente seguro no território e assegurar a liberdade de movimentos, entre outras tarefas. Desta forma, a KFOR surge no âmbito deste mandato e sobre o abrigo do Capítulo VII da Carta da ONU para efetuar Operações de Imposição de paz no contexto das Operações de Apoio à Paz (EMGFA).

Desde o ano de 2005, Portugal destaca para o TO do Kosovo uma unidade de escalão Batalhão que atua como força de reserva da KFOR em todo o território do Kosovo, podendo ainda, se necessário, ser empregue na Bósnia-Herzegovina. A KTM, a partir de março de

2011, devido à reestruturação da KFOR, passou a ter uma constituição multinacional, constituída por militares portugueses e húngaros, no qual Portugal representa a nação líder.

Desde 1999 até à atualidade, a situação no Kosovo tem-se vindo a alterar de forma gradual, reduzindo-se o nível de ameaça e conduzindo-se ao restabelecimento da paz no Kosovo. Atualmente a KFOR é constituída por 2 *Multinational Battle Group* (MNBG), com um efetivo total aproximado de 5.000 militares. Depende do *Joint Force Command* em Nápoles e o seu Comando encontra-se sediado em Pristina, capital do Kosovo.

Segundo a Diretiva /CEME/13, a estrutura operacional de pessoal e a organização da FND teve os seguintes pressupostos:

- Comando e Estado-Maior;
- Uma Companhia de Apoio de Serviços; e
- Duas Companhias de Manobra (1BIMec, 2014)

APÊNDICE F - TAREFAS PLANEADAS PARA AS FND

Tarefas planeadas nas QRF / ISAF / 1ºSEM06
- Conduzir Operações na AO em coordenação com a KMNB (<i>Kabul Multinational Brigade</i>);
- Estar preparada para conduzir Operações, de escalão Pelotão ou Companhia, na AO da ISAF, incluindo Operações móveis e de combate, mantendo a QRF com um Notice To Move (NTM)
- Em caso de projeção estar preparada para 3 DOS (<i>Days Of Supply</i>);
- Estar preparada para empreender ações em coordenação com o <i>Afghan National Army</i> (ANA), a <i>Afghan National Police</i> (ANP), a <i>Kabul City Police</i> e a Polícia de Fronteira;
- Estar preparada para conduzir operações de controlo de tumultos;
- Coordenar com a <i>Air Task Force</i> o transporte de equipamento e armamento;
- Coordenar ações com a <i>Air Task Force</i> e com as principais unidades subordinadas <i>Regional Commands</i>
- Estar preparada para apoiar as forças governamentais e organizações no combate aos narcóticos;
- Estar preparada para ser empregue em PSYOPS;
- O controlo de ponto ou de zona (urbana ou não);
- O controlo de uma estrada (patrulhas e <i>checkpoints</i>);
- A segurança de pessoas ou grupo de pessoas;
- A extração/evacuação de pessoas ou grupo de pessoas;
- A reação contra um atentado ou tentativa de atentado;
- A escolta a colunas de viaturas;
- A vigilância e controlo de tumultos;
- Se apoderar de um ponto ou de uma zona (urbana ou não);
- Apoiar unidades amigas (ANA, ANP...);
- Conduzir tarefas EOD/IED (reforçada com essa valência).

Quadro nº 9 - Tarefas planeadas nas QRF / ISAF / 1ºSEM06.

Fonte: (COFT, 2006).

Tarefas planeadas nas KTM / KFOR / 1ºSEM14
Reforço das MNBG
Vigilância de fronteiras
Operações de busca e tarefas no âmbito das operações anti contrabando
Controlo de tumultos dispondo de capacidade de proteção em situações de alteração da ordem pública
Conduzir patrulhamentos apeados e montados
Operações de apoio à limpeza de itinerários
Operações de remoção de barricadas
Operações aeromóveis
Reagir a ações violentas contra o edifício do MNAO
Implementar <i>Manoeuvre Boxes</i> e <i>Operational Boxes</i>
Manter <i>Manoeuvre Boxes</i> in Mitrovica;
Responder a qualquer situação de ameaça conta o ambiente estável e a liberdade de movimentos

Quadro nº 10 - Tarefas planeadas nas KTM / KFOR / 1ºSEM14

Fonte: (1BIMec, 2014).

APÊNDICE G - TAREFAS EXECUTADAS PELAS FND

Tarefas executadas nas QRF / ISAF / 1ºSEM06
Patrulhamentos apeados e montados
Ações de Reconhecimento e vigilância
Tarefas de QRF
Defesa de ponto ou de zona sensível
Controlo de uma estrada
Apoiar unidades amigas
<i>Force protection</i> a forças
Operação com vista à captura de pessoal
<i>"Search and Attack"</i>
Escortas e segurança a VIP

Quadro nº 11 - Tarefas executadas na QRF / ISAF / 1ºSEM06.

Fonte: (Cancelinha, 2016; Ruivo, 2016; 1ºCCmds/FND, 2006).

Tarefas executadas nas KTM / KFOR / 1ºSEM14
Operações de Segurança (FOB, escoltas, itinerários)
Patrulhas apeados e montados, em conjunto e Independente
Postos de observação
Contactos com população; autoridades civis; forças e organizações internacionais
Controlo, monitorização e defesa de um ponto/área sensível
Demonstração de força, ações de presença
Escortas e ações de CPT (<i>Close Protection Team</i>)
Monitorização/vigilância e ações de Reconhecimento
Emprego fora do sector, em reforço ou substituição de outras unidades
Remoção de Barricadas

Quadro nº 12 - Tarefas executadas na KTM / KFOR / 1ºSEM14.

Fonte: (Abreu, 2016; Carvalho, 2016; Macieira, 2016; Venâncio, 2016; 1BIMec, 2014).

APÊNDICE H - EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS PARA CAU

Materiais	Finalidade
Arietes	Arrombar portas com sentido de abertura para dentro
Binóculos	Deteção de atiradores furtivos.
Câmara térmica e dispositivos intensificadores de luz	Obter uma melhor imagem do ambiente noturno
Capacete Kevlar e óculos de proteção balística	Proteger os soldados de detritos causados por explosivos, ferramentas, armas, granadas, etc.
Colete balístico	Prevenir lesões graves e possivelmente mortais causadas por munições de alta velocidade que atinjam o torso.
Cordas de nylon e Cordas para escalar paredes	Transportar materiais e abastecimentos para pisos superiores.
Cordas, Escadas flexíveis e Fateixas	Escalar paredes e entrar em edifícios por janelas de pisos superiores.
Explosivos	Têm como função principal a abrir brechas em edifícios.
Macas, machados, martelos e outros para abrir caminhos em barreiras;	Evacuação de baixas em terreno urbano
Machado, Marreta e Alicata corta arame	Kit's para abertura mecânica de pontos de entrada, sobretudo quando as ROE são muito restritivas
Giz	Escrever instruções nas paredes para as unidades seguintes, dirigir mensageiros, indicar postos de comando, etc.
Luvras, Cotoveleiras e joelheiras	Prevenir lesões devido a destroços, vidro partido, etc.
Picaretas e pés-de-cabra	Aumentar buracos e brechas em paredes, quebrar portas.
Aparelhos de navegação GPS	para navegação em zonas urbanizadas
Rádios individuais tipo "hands free";	Permite mais espaço para outros equipamentos no colete tático. Sendo "hands free" é mais adequado para o combate.
Sistema de hidratação tipo camelback	Mais ergonómico do que o cantil e fornece maior capacidade.

Quadro nº 13 - Principal equipamento específico para o CAU

Fonte: (Exército Português, 2011; NATO, 2016).